

MARCELO BOITO ANGELINI

**SOBERANIA:  
A PROBLEMATIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E SUA  
IMPORTÂNCIA NAS QUESTÕES DE SEGURANÇA DO ESTADO**

Monografia apresentada como  
requisito parcial para a conclusão  
do curso de bacharelado em  
Relações Internacionais do Centro  
Universitário de Brasília –  
UniCEUB.

Orientador: Marcelo Gonçalves do  
Valle

Brasília - DF

2006

MARCELO BOITO ANGELINI

**SOBERANIA:  
A PROBLEMATIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E SUA  
IMPORTÂNCIA NAS QUESTÕES DE SEGURANÇA DO ESTADO**

Banca Examinadora:

---

Prof. Marcelo Gonçalves do Valle  
(Orientador)

---

Prof. Carlos Eugênio Timo Brito  
(Membro)

---

Prof<sup>a</sup>. Maria Heloísa C. Fernandes  
(Membro)

Brasília – DF

2006

“A Amazônia é um patrimônio do povo brasileiro, e não está à venda”

Celso Amorim

Dedico este trabalho a minha mãe e amigos que, mesmo cientes de todas as minhas dificuldades, não deixaram de acreditar em mim. Agradeço ao professor Marcelo Valle, pela atenção e disponibilidade com que me orientou na realização desta monografia.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>ABSTRACT</b> .....	vii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>Capítulo 1 - Soberania e Defesa Nacional</b> .....	4
<b>1.1 Soberania e Segurança Nacional</b> .....	4
<b>1.2 Defesa Nacional</b> .....	15
<b>Capítulo 2 – Amazônia - Aspectos Físico-Político/Econômicos. Ambiente</b> <b>Internacional e os Riscos à Soberania</b> .....	22
<b>2.1 Dados Físicos</b> .....	22
<b>2.2 Biodiversidade, Importância Econômica e Biopirataria</b> .....	26
<b>2.3 Ambiente Internacional</b> .....	31
<b>2.4 Riscos à Soberania e Mecanismos de Defesa</b> .....	35
<b>Capítulo 3 – A Real Situação e uma Proposta de Projeto de Desenvolvimento</b> .....	48
<b>3.1 A Real Situação e os Riscos à Soberania</b> .....	48
<b>3.2 Proposta Político-Estratégica para a Amazônia</b> .....	54
<b>CONCLUSÃO</b> .....	58
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	60

## **RESUMO**

A Amazônia constitui-se, hoje, no maior potencial natural do planeta, ocupando área significativa do território nacional. Os milhões de quilômetros de fronteira acabam por dificultar a atuação dos Órgãos governamentais responsáveis pela sua manutenção, preservação e fiscalização, no sentido de suprir todas as necessidades das regiões fronteiriças, abrindo, assim, espaço a possíveis ingerências externas. Daí sua importância nas questões de segurança do Estado, e, em última instância, na manutenção da própria Soberania Nacional.

**Palavras-chave : Amazônia – fronteira – ingerência – segurança – Estado – Soberania**

## **ABSTRACT**

Amazonia is, today, the greatest natural potential of the planet, occupying a significant area of the national territory. The millions of kilometers of its borders end up complicating the action of the governmental Organs responsible for its maintenance, preservation and inspection, in the sense of supplying all the frontier regions needs, and, thus, giving space to possible external interventions. From here comes its importance regarding the security matters of the State and, in a final analysis, the maintenance of the National Sovereignty itself.

**Keywords: Amazonia – border – intervention – security – State –  
Sovereignty**

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história, muitas foram as ingerências na Região Amazônica, e vários problemas ocorreram, oriundos dessas intervenções. São dois os responsáveis por essa situação: a inação do Governo Federal e a passividade dos brasileiros, fruto de uma conscientização e educação insuficientes.

O que faz um legítimo cidadão não é apenas sua nacionalidade, mas, sim, a consciência de seus direitos e deveres. É de direito ter-se segurança, como é dever participar ativamente da política para que seus direitos sejam respeitados. Para que isso ocorra é necessária a compreensão de alguns aspectos, como por exemplo, as implicações quanto à Soberania.

Rousseau parte do princípio de que a vontade geral, constituída da soma de todas as vontades individuais, corresponde à soberania de um Estado. Para Norberto Bobbio, soberania é um poder adormecido que se manifesta somente quando são quebradas a unidade e a coesão social. Ser soberano é garantir à nação, por meio da Defesa Nacional, que todas as ações necessárias serão executadas para que a Segurança e a sensação que dela resulta sejam mantidas.

Atualmente, a globalização vem contribuindo para que a soberania seja relativizada. Com o avanço do pluralismo e das sociedades supranacionais, o Estado, que já havia descentralizado seu poder em várias instituições, começa a perder espaço para esses órgãos internacionais.

Por sua vez, o aumento de ingerências, além de prover de recursos naturais e minerais os países desenvolvidos, onde tais recursos são escassos, acaba por desacelerar o avanço dos países em desenvolvimento.



A Amazônia Legal representa hoje o maior alvo à internacionalização. Sua biodiversidade e riquezas minerais são capazes de suprir necessidades de muitos países, por longos anos.

A necessidade de promover a regionalização dos países da Amazônia Continental e interrelação entre os organismos que atuam na região, bem como a conscientização do cidadão brasileiro, são de suma importância para que a Soberania, em uma das regiões mais importantes do País, possa ser mantida.

Hoje, nos deparamos com regiões ao longo da Amazônia com baixos índices de desenvolvimento, descontrole quanto à presença no território de empresas multinacionais, ambientalistas e de pesquisadores, falta de incentivos fiscais aos projetos de Governo, de órgãos militares e de projetos de comunicação e defesa como o Sivam - Sipam.

Em razão do contínuo abandono de sua população, inclusive dos povos indígenas que a habitam, a Região Amazônica está se constituindo em motivo primordial de abertura a intervenções externas. Mesmo sendo um país em desenvolvimento, o Brasil tem potencial para garantir sua soberania territorial e selar, de uma vez por todas, a idéia de que o País não é capaz de se manter legítimo frente à sua Nação.

Diante da atualidade e relevância dos aspectos acima referidos, elegeu-se para tema da presente monografia *a problematização da Amazônia e sua importância nas questões de segurança do Estado*.

Tratando-se de um tema incipiente, sobre o qual há, ainda, muito a ser estudado, objetiva-se, a partir de revisão da literatura disponível em periódicos, livros e revistas, algumas monografias apresentadas na Escola Superior de Guerra, bem como na Rede Mundial de Computadores, despertar no leitor um

interesse maior pela problemática da Amazônia e sua implicação nas questões de Soberania, estimulando-o a refletir sobre o assunto.

Justifica-se tal reflexão sob o enfoque da importância da manutenção da Soberania, em face do aumento de ingerências externas ocorridas na Região Amazônica.

Sob essa orientação, veremos, no primeiro capítulo Soberania e Defesa Nacional, seus conceitos, histórico, princípios, importância e a inter-relação entre esses aspectos.

No segundo capítulo, serão abordados os Dados Físicos da Amazônia, Biodiversidade, Importância Econômica e Biopirataria, Ambiente Internacional, Riscos à Soberania e Mecanismos de Defesa.

Constituem tema do terceiro capítulo a real situação da Região Amazônica e os riscos à soberania, como também uma proposta de projeto político-estratégico para a Amazônia.

## Capítulo 1 - Soberania e Defesa Nacional

Inicia-se este capítulo dirigindo algumas perguntas aos leitores. Um Estado deixa de ser soberano quando suas políticas e ideologias não são capazes de manter a totalidade das defesas de seu território? Que ameaças à segurança do País representam problemas reais de soberania?

As raras atuações do País em conflitos internacionais e os cem anos sem guerra civil fizeram com que muitos brasileiros deixassem de perceber a importância das questões de segurança, problemas reais para o Brasil. É muita ingenuidade, porém, crer que um país, dono de uma das maiores biodiversidades e reservas de recursos naturais, não seja alvo de interesse internacional.

Após adotar a teoria realista das Relações Internacionais como base para desenvolver este trabalho, iniciarei o primeiro capítulo seguindo as premissas do racionalismo teórico de seus doutrinadores para abordar temas de suma importância: Soberania, Segurança e Defesa Nacional. Veremos, nesse sentido, seus conceitos, histórico, princípios, importância e a inter-relação entre esses aspectos.

### 1.1 Soberania e Segurança Nacional

O conceito de Soberania nasce no final do século XVI, juntamente com o de Estado, entendido como sujeito único e exclusivo da política, decorrente de uma necessidade de unificação e concentração de poder,<sup>1</sup> a fim de reunir, em uma única instância, o monopólio da força.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Do latim arcaico: *potis* esse, contida em *posse*, e , daí, *potere*. É a capacidade de impor obediência; potencialidade para realizar algo. ( Acquaviva)

<sup>2</sup> BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Vol. 2. Brasília: Ed. UNB

Segundo os princípios da **Escola Clássica**, a Soberania é *una, indivisível, inalienável e imprescritível*.<sup>3</sup> Una, pois não pode haver nenhum outro soberano; indivisível, considerando que é uma unidade por completo; inalienável, que traduz serem suas vontades e ações exclusivas de sua personalidade; e imprescritível, no sentido de que uma nação, após constituir um Estado soberano, faz-se definitiva e eterna, não podendo sofrer nenhuma limitação do tempo.

De acordo com Oliveira,<sup>4</sup> para compreendermos o conceito de Soberania, precisamos entender a base do fenômeno estatal, pois todo Estado em busca da perfeição é Soberano. Assim, “Soberania é uma autoridade superior que não pode ser limitada por nenhum outro poder”.<sup>5</sup>

De outra forma, nos dizeres de Goyard-Fabre, trata-se de um “princípio de independência e de onipetência do Estado moderno”,<sup>6</sup> discordando, desse modo, de Oliveira, quanto à Soberania não poder ser o próprio poder, mas uma característica ou atributo do poder estatal.

Do ponto de vista histórico, o poder advindo da Soberania foi criado entre os romanos. Era o poder do Estado nas esferas político-administrativas “*summa potestas*”.<sup>7</sup> Algum tempo depois, sua área de atuação se estendeu para além do *pomerium*<sup>8</sup> e passou a se chamar poder de *Imperium*.

Etimologicamente, Soberania provém de *super omnia*,<sup>9</sup> configurado pelos moldes franceses como “*souveraineté*”, que, para Bodin, o pensador mais ilustre

---

<sup>3</sup> GOMES, Carla Amado. A Evolução do Conceito de Soberania. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/parcerias/ue/cedoc-ue/monografias-1998/>>. Acesso em: 13/09/2006.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Luís Andrade de. Soberania. Disponível em: <<http://www.loveira.adv.br/material/tge7.htm>>. Acesso em: 15/06/2006.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Luís Andrade de. *Ibidem*

<sup>6</sup> FABRE, Simona Goyard. *Os princípios filosóficos do direito político moderno*, São Paulo, Martins Fontes, 2001, p. 23.

<sup>7</sup> Que não está limitada por nenhum poder superior.

<sup>8</sup> Demarcação imaginária do território de Roma

<sup>9</sup> Do latim “acima de tudo”

na definição de soberania, determina-se como “o poder absoluto e perpétuo de uma república”.<sup>10</sup>

Foi a partir dos estudos das escolas Alemã e de Viena que os conceitos de Soberania e Estado começaram a caminhar par a par. Nasceram, assim, duas ramificações. As teorias *teocráticas* e as *democráticas*, as quais deram origem a várias escolas e doutrinas, que adaptaram essas teorias à sua realidade: *Teoria da Soberania Absoluta do Rei*, *Teoria da Soberania Popular*, *Teoria da Soberania Nacional*, *Teoria da Soberania do Estado*, *Teoria Negativista da Soberania* e *Teoria Realista ou Institucionalista*.<sup>11</sup>

De origem francesa, a *Teoria da Soberania Absoluta do Rei* foi criada no século XVI e teve Jean Bodin<sup>12</sup> como um dos seus teóricos mais ilustres. Sustentava a seguinte idéia: “A soberania do Rei é originária, ilimitada, absoluta, perpétua e irresponsável em face de qualquer outro poder temporal ou espiritual”. Para ele, o Monarca era o representante do poder divino no Estado. Luís XIV foi o maior representante dos Monarcas Absolutistas (*L'état c' Est Moi*).<sup>13</sup> Essa teoria elucidava que o poder do monarca era ilimitado, pois eram os representantes de Deus na ordem temporal. Sua escala no tempo começa nas monarquias medievais, firma-se no Absolutismo e, no seu auge, chega-se à doutrina de Maquiavel. Na França, foram apoiados por Richelieu, Fénelon, Bossuet e outros.

A *Teoria da Soberania Popular* teve como doutrinadores os teólogos e canonistas da Escola Espanhola, como Marsílio de Pádua, Francisco de Vitória, Suarez Altuzio, entre outros. Foram responsáveis por reformular a doutrina do Direito Divino Sobrenatural em *Divino Providencial*. Por sua vez, a manifestação não teria sido enviada aos reis por uma força sobrenatural, e sim por uma força providencial – “*Omnis Potestas a Deo Per Populum Libere Consentientem*”.<sup>14</sup> Para

<sup>10</sup> BODIN, Jean. *Les six livres de la Republique*. Paris: Fayard, 1986.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Luís Andrade de. *Ibidem*

<sup>12</sup> Jurista Francês

<sup>13</sup> Frase Celebre do Rei Luís XIV, consciente de seu poderio e de seus direitos divinos sobre o trono.

<sup>14</sup> O poder civil corresponde com a vontade de Deus, mas promana da vontade popular

Suarez, a limitação da Autoridade é um princípio básico do ideal democrático. Contudo, para o jurista espanhol Molina, o poder maior é exercido pelo povo (*Soberania Constituinte*).

Em se tratando de princípios políticos, seguindo os ideais liberais, a *Teoria da Soberania Nacional* colaborou com os princípios que levaram à Revolução Francesa. Defendia o ideal de que o rei não é dono da coroa, e sim um proprietário por tempo determinado. Essa foi uma forma de contrapor o símbolo da coroa ao símbolo da nação. Esses princípios pertencem à Escola Clássica Francesa, que teve Rousseau como o mais destacado expoente. Rousseau fixava que a soberania é fonte do poder da nação. Sem ela, o órgão federal não pode exercer seu poder de forma legítima, ou seja, a vontade geral constituída da soma de todas as vontades individuais corresponde à soberania de um Estado. De acordo com Baalbaki,<sup>15</sup> Rosseau é considerado o teórico responsável pela transferência da titularidade da soberania do monarca para o povo.

Pertencente às Escolas Alemã e Austríaca, a *Teoria da Soberania do Estado*, como doutrinada por Jellinek, defendia que a Soberania é a capacidade imprescindível na formação de um Estado perfeito. Para Bercovici,<sup>16</sup> Georg Jellinek deu um passo à frente ao criar o conceito de **autolimitação do Estado**, de modo que o Estado, ao criar o Direito, acaba se obrigando a direitos e deveres como qualquer outra pessoa jurídica. Outro grande idealizador dessa linha de pensamento foi Hans Kelsen, que defendia a idéia de que “é um direito de Estado ser absoluto onde sua natureza jurídica é assegurada pelo Direito”. Temos a soberania como um **poder de direito**.<sup>17</sup> Esse conceito está diretamente ligado ao de poder político, no qual a soberania pretende ser a racionalização jurídica do poder, na busca da transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direito.<sup>18</sup> Todavia, qualquer forma de coação do Estado é legítima,

---

<sup>15</sup> BAALDAKI, Sérgio. O Estado, o povo e a Soberania. Disponível em:

<<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=746>>. Acesso em: 11/09/2006.

<sup>16</sup> BERCOVICI, Gilberto. Constituição e Política: Uma Relação Difícil. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n61/a02n61.pdf#search=%22%20Jellinek%22>>. Acesso em 13/09/2006.

<sup>17</sup> Legitimado na vontade popular consciente e nos valores de justiça e de Direito.

<sup>18</sup> BOBBIO, Norberto. *Ibidem*

pois é de direito expressar sua vontade. De acordo com Bercovici,<sup>19</sup> Kelsen, inovou ao substituir a *Teoria Geral do Estado pela Teoria da Constituição*, destacando a importância da licitude da constituição onde a base não é mais o Estado e sim as normas fundamentadas pelo ordenamento jurídico.

De natureza absolutista, a *Teoria Negativista da Soberania* foi formulada por Leon Duguit, que defendia que a Soberania é uma idéia abstrata, na qual o que realmente existe é a sua crença transformando o Estado, a Nação e o Governo em um único poder responsável por seguir o direito, criando leis conforme o direito natural.

Hoje, no cenário internacional, a *Teoria Realista ou Institucionalista* é a que mais se destaca. Formulada por Maurice Hauriou,<sup>20</sup> define que "a instituição preexiste ao momento em que a pessoa jurídica nasce". De acordo com suas premissas, a soberania advém da nação, mas só adquire corpo quando é institucionalizada de forma jurídica pelo Estado. Em linhas gerais, esta teorização pressupõe que os atores têm interesses em comum, e que o grau de institucionalização em determinados setores da sociedade está aumentando, havendo, contudo, uma diferenciação no grau de cada instituição. Segundo Keohane<sup>21</sup> (1999), teórico dessa corrente, o termo *instituições* pode ser definido como um "conjunto de regras permanentes e conectadas (formal ou informal) que definem papéis comportamentais, limitam a ação e compartilham expectativas". Também, representam as demandas advindas da sociedade, em que um resultado político depende das possibilidades e limites delineados pelas instituições.

Atualmente, conceitua-se Soberania como um poder constituinte, criador do ordenamento, supremo, verdadeiro e originário. *Temos a Soberania como um*

---

<sup>19</sup> BERCOVICI, Gilberto. *Ibidem*

<sup>20</sup> SARAI, Leandro. A doutrina da desconsideração da personalidade jurídica e alguns de seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6440>. Acesso em 13/09/2006.

<sup>21</sup> MATHIAS, Meire. Inserção Internacional: Três temas na agenda brasileira. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000200004&script=sci_arttext). Acesso em 13/09/2006.

*poder adormecido que se manifesta somente quando é quebrada a coesão social, ou seja, quando há ruptura no ordenamento jurídico.*

Hoje a real Soberania manifesta-se mediante o poder constituinte, por meio da constituição, que define os órgãos e instaura o ordenamento.<sup>22</sup> O **poder constituinte do povo** pode ser visto como a última e a mais madura expressão do contratualismo democrático,<sup>23</sup> de ser e dever ser, de ação e consenso, fundamentando a criação da nova sociedade no *iuris consensu*.<sup>24</sup>

Temos, então, o constitucionalismo, como elemento responsável por fracionar a Soberania dividindo o poder do Estado equilibradamente entre os órgãos. Porém, o verdadeiro adversário da soberania é a teoria pluralista,<sup>25</sup> que impede a existência de uma única autoridade, onde o processo de decisão política depende do resultado de uma série de mediações tomadas por diferentes grupos associados (Poliarquia).<sup>26</sup>

Sendo assim, conclui-se que Nação e Estado são realidades que compõem o mesmo campo do Direito Público Internacional, mesmo sendo realidades distintas (sociológica e jurídica). *Nação é a vontade do povo que o torna soberano. “É o conjunto de pessoas que, sobre base territorial definida, revelam consciência de uma identidade própria”.*<sup>27</sup> *Estado é a racionalização do poder supremo, dotado de diversas forças dispostas a dissolver qualquer situação que interfira na segurança da vida social.*

Evidencia-se que o conceito de Nação reforça a identidade territorial, conceituando-se em **Estado-Nação**, pois somente uma nação juridicamente

<sup>22</sup> BOBBIO, Norberto. *Ibidem*

<sup>23</sup> Contrato entre os cidadãos e as forças políticas e sociais, que define as formas pelas quais os representantes do povo devem exercer o poder, bem como os limites dentro os quais eles devem se movimentar.

<sup>24</sup> Consenso jurídico

<sup>25</sup> BOBBIO, Norberto. *Ibidem*

<sup>26</sup> O conceito de Poliarquia é proposto por Robert Dahl, na obra denominada “Poliarquia”, segundo o autor, “poliarquia são regimes que foram substancialmente popularizados, isto é, fortemente inclusos e amplamente abertos à contestação pública”.

<sup>27</sup> Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Vol. II. Assuntos Específicos – Rio de Janeiro 2006.



organizada como Estado pode ser soberana. No plano interno, consiste na supremacia da ordem jurídica estatal sobre um dado território. No plano externo, faz com que essa ordem jurídica seja internacionalmente reconhecida (autodeterminação). Também no âmbito internacional, no campo do Direito Público internacional, é importante ressaltar que o conceito de soberania muda e segue as premissas da Escola Clássica Francesa que classifica como uma *Nação Politicamente Organizada* a que projeta a soberania como vontade do Estado e não do povo.

O Estado é a autoridade máxima na ordem temporal, provida do uso de qualquer força coercitiva na busca de seus interesses. Contudo, a Soberania do Estado é limitada pelos princípios de direito natural e pelo direito de grupos particulares que compõem o Estado, sendo eles de domínio interno ou internacional, tais quais: políticos, religiosos, científicos, etc. Teoricamente a autoridade do direito é maior que a autoridade do Estado (Krabbe), pois o Estado é apenas um instrumento do direito.

Por ser uma pessoa jurídica, o Estado possui alguns elementos como povo, território e relações externas que lhe aplicam direitos e deveres. Um deles é o dever do Estado de garantir a **segurança**. Em tempos passados, a segurança era vista única e exclusivamente como uma força de coação entre os Estados, ou seja, do ponto de vista da defesa externa.<sup>28</sup>

Com o passar dos anos, outros valores foram se agregando a esse conceito, começando a abranger os campos político, militar, econômico, ambiental, e envolvendo setores internos como de segurança pública. Hoje, o conceito de segurança opera junto com o de Defesa Nacional dentro da *Política de Defesa Nacional*.

---

<sup>28</sup> Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Vol. I Elementos Doutrinários - Rio de Janeiro: 2006

Define-se segurança como a condição em que o Estado, a sociedade, ou os indivíduos não sejam expostos a riscos ou ameaças internas ou externas.<sup>29</sup> Em 1990, a ONU convocou, em Tashkent, alguns especialistas para ajudá-la na definição do conceito. Concluiu-se que segurança é:

Uma condição pelo qual os Estados consideram que não existe perigo de uma agressão militar, pressões políticas ou coerção econômica, de maneira que podem dedicar-se livremente a seu próprio desenvolvimento e progresso.<sup>30</sup>

Não devemos esquecer que segurança segue os princípios de *proporcionalidade*, visto que seria irreal acreditar que possa haver uma condição total de proteção contra tudo e contra todos. Após a compreensão do conceito de segurança, discutiremos os conceitos de Segurança Nacional, sua problemática na política e na manutenção do ordenamento público do País e a Lei de Segurança Nacional.

Para Cepik,<sup>31</sup> entende-se por **Segurança Nacional** uma “condição *relativa* de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças plausíveis à sua sobrevivência e autonomia”, delimitada pela zona territorial de cada Estado Nacional, que é capaz de agir na busca de neutralizar *ameaças internas e externas*<sup>32</sup> por meio da diplomacia, de serviços de inteligência e, caso necessário, do uso da força.

Essa necessidade de proteção da sociedade e da preservação dos **Objetivos Nacionais Fundamentais**<sup>33</sup> são delegadas ao Estado. Contudo, a responsabilidade pela Segurança Nacional não é exclusiva do Estado, e sim da Nação.

---

<sup>29</sup> Ministério da Defesa. <<https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=home>>. Acesso em: 16/09/2006.

<sup>30</sup> Ministério da Defesa. *Ibidem*

<sup>31</sup> CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas. *Security and Defense Studies Review*, Vol. 1

<sup>32</sup> Internas: subversão – apoio interno às ameaças externas, uso de violência para forçar alguma mudança. Externa: agressão militar, espionagem, invasão territorial e bloqueio econômico.

<sup>33</sup> Identidade democrática, integração social, integridade patrimonial, progresso e paz social.

Em se tratando do conceito de Segurança Nacional, Cepik aponta alguns erros de estruturação. Um deles é a dificuldade na determinação jurídica do que vêm a ser os problemas de alto e baixo nível de importância, dentre as ameaças internas e externas citadas acima, as quais acabam por despolitizar a autoridade do Estado em questão, encaminhando-a às Forças Armadas. Outro erro é a perda de eficiência na tentativa de resolver questões de *segurança humana*, abordando o mesmo planejamento de questões de segurança nacional, trazendo problemas às políticas democráticas ao securitizar questões ambientais, educacionais, de saúde e que não necessitam mobilizar a operação das forças armadas ou dos serviços de inteligência.<sup>34</sup>

Por seu turno, o ambiente internacional também merece destaque, pois todos os atores nacionais e internacionais, organizações e agências governamentais e, até mesmo, os indivíduos afetam, de certa forma, a segurança uns dos outros, produzindo conseqüências para todos os atores do sistema e para o sistema como um todo.

A Segurança Nacional é vista pelo Direito Público Internacional como segurança estatal, pois todo Estado tem preocupações no sentido de dar continuidade à sua existência organizacional, de manter sua integridade territorial e de sua população. Essas premissas de ordem pública e de defesa nacional constituem elementos básicos para a manutenção da lealdade dos cidadãos para com seu Estado.

É importante salientar que, em alguns casos, o mesmo ator responsável pela segurança pode se tornar a própria fonte de ameaças diretas e indiretas aos indivíduos de uma nação. Ameaças diretas quando os interesses do Estado se chocam com os de algum grupo, que, por sua vez, mobilizam os meios de força

---

<sup>34</sup> CEPIK, Marco. *Ibidem*

para atuar de forma coercitiva, exercer sua vontade em nome da ordem pública, mantendo a moralidade e zelando pela segurança nacional.<sup>35</sup>

Por seu turno, ameaças Indiretas se manifestam quando a segurança também é ameaçada pela ineficiência do sistema de justiça criminal, que põe em risco a vida e o patrimônio das pessoas. É comum nesses casos, em que o Estado se vê incapaz de se manter legítimo, que, para garantir a Segurança Nacional, medidas de segurança são adotadas em certos níveis que acabam sacrificando a liberdade civil, o que, por si só, acaba sinalizando um enfraquecimento nas bases da legitimidade Estatal.<sup>36</sup>

Em 1994, o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (UNDP) publicou um relatório sobre o Desenvolvimento Humano, o qual criou o conceito de segurança humana (*human security*) para ampliar e especificar a problemática do indivíduo, ao invés de simplificar como uma noção de segurança nacional. Desde então, muitas comissões internacionais já vinham falando dessa problemática associada à segurança social, ambiental, global, alimentar e individual. De certa forma, o objetivo era que o Estado deixasse de ser o ponto de referência mais importante para as considerações dos problemas de segurança, abrindo espaço para as demandas de segurança dos indivíduos, de grupos sociais destituídos, da humanidade como um todo e dos problemas que interferem na biosfera.<sup>37</sup>

Voltando um pouco no tempo, mais precisamente a 1964, com a tomada do poder pelos militares, observamos uma estreita vinculação dos oficiais brasileiros com aliados norte-americanos após a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.<sup>38</sup> De fato, muitos dos brasileiros que tomaram o poder estavam presentes nos EUA e voltaram influenciados pela concepção de defesa nacional. Anos

---

<sup>35</sup> CEPIK, Marco. *Ibidem*

<sup>36</sup> As forças Armadas poderão ser convocadas, com base no artigo 142 da Constituição.

<sup>37</sup> CEPIK, Marco. *Ibidem*

<sup>38</sup> PRIORI, Ângelo. A Doutrina de Segurança Nacional e o Manto dos Atos Institucionais durante a Ditadura Militar Brasileira. Revista Espaço Eletrônico n° 35 Disponível em: <http://espacoacademico.com.br/035/35priori.htm> >. Acesso em: 18/09/2006.

depois foi criada a **Escola Superior de Guerra** (ESG), com base na estrutura norte- americana do Nacional War College (NWC). Foi na ESG que se formulou a **Doutrina de Segurança Nacional** e seus subsetores como o Serviço Nacional de Informações (SNI).

Três anos depois é promulgada a **Lei de Segurança Nacional**, em março de 1967,<sup>39</sup> responsável por transformar em legislação a doutrina de Segurança Nacional, que era fundamento do Estado após o Golpe de 64.

Segundo Napolitano:<sup>40</sup>

A doutrina, foi elaborada por militares norte-americanos e aperfeiçoada na ESG, tinha como objetivo fornecer às elites dirigentes (sobretudo dos militares) um conjunto de princípios que pudessem se contrapor à ameaça das revoluções comunistas.

Para Barros:<sup>41</sup>

A LSN, é um dos principais instrumentos jurídicos da ditadura militar, segundo o qual toda pessoa natural ou jurídica torna-se responsável pela Segurança Nacional, nos limites definidos em lei

A LSN foi responsável por diminuir ainda mais os direitos e a pouca liberdade de expressão que ainda restavam após o golpe de 64. Tais motivos levavam várias entidades democráticas a se opor à sua vigência, como fez a Ordem dos Advogados do Brasil, pelo excesso de limitação das garantias pré-estabelecidas no Código Civil Brasileiro.<sup>42</sup> Anos depois essa mesma ordem viria a ser responsável pela reestruturação da lei.

Em 14 de dezembro de 1983, foi sancionada a Lei nº 7.170, responsável por alterar significativamente as Leis de Segurança Nacional vigentes desde 1967. A característica de maior presságio da nova lei foi a renúncia da doutrina de

---

<sup>39</sup> PRIORI, Ângelo. *Ibidem*

<sup>40</sup> Departamento de Ciência da Informação. UFScar. Disponível em: <<http://www.dci.ufscar.br/recortes/lsn.htm>>. Acesso em: 20/09/2006.

<sup>41</sup> Departamento de Ciência da Informação. *Ibidem*

<sup>42</sup> Lei de Segurança Nacional. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos30-37/ev\\_radpol\\_lsn.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_radpol_lsn.htm)>. Acesso em 20/09/2006.

segurança nacional. A nova lei passou a empregar a expressão “segurança nacional” como objeto da soberania e não mais como sujeito.<sup>43</sup>

Vemos isso na epígrafe da lei, em que se estabelece: “Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento”.<sup>44</sup> Após colocar todos os objetos no mesmo patamar, a nova lei se aproxima das tendências mais liberais e democráticas do País, e o conceito de segurança nacional volta a ser específico para questões de manutenção, independência e soberania frente à sua nação.

Após essa análise, conclui-se que os problemas reais de segurança para o Estado deveriam abordar o conceito de **human security** e deslocar a preocupação, em sua maioria militar, para as ameaças à vida humana, advindas de problemas sociais, ambientais e econômicos, esses sim, problemas reais à segurança das pessoas, ou seja, a democratização dos problemas que interferem na segurança nacional, solucionados como questões de segurança humana. Deve ser considerada, também, a mudança na Lei de Segurança Nacional que mostrou ao Estado que ser soberano não é limitar os direitos da população civil, e sim, por meio dela, exercer Soberania.

## 1.2 Defesa Nacional

Vimos anteriormente que segurança é um conceito abstrato que nos transmite a sensação de nos sentirmos seguros, em função da ausência de fatores que possam vir a alterar esse estado. A esses fatores dá-se o nome de *ameaças*.

A busca por reduzir ou neutralizar qualquer forma de ameaça, a fim de manter o estado de segurança, dá-se o nome de **Defesa**. Define-se defesa como:

---

<sup>43</sup> FRAGOSO, Heleno Cláudio. A Nova Lei de Segurança Nacional. Revista de Direito Penal de Criminologia, n° 35. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1983.

<sup>44</sup> FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Ibidem*

O conjunto de medidas ou de atos realizados que se contrapõem a um determinado tipo de ameaça buscando resguardar as condições que proporcionam a sensação de Segurança.<sup>45</sup>

Define-se **Defesa Nacional** como:

O conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potencias ou manifestas.<sup>46</sup>

São objetivos da Defesa Nacional: a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial; a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior; a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.<sup>47</sup>

Para entendermos o âmbito de atuação da Defesa Nacional por meio das **ações de Defesa**,<sup>48</sup> precisamos compreender que a origem das ameaças à Segurança Nacional pode ter caráter externo ou interno.<sup>49</sup> Externas, quando provenientes do ambiente das relações internacionais, o qual mobilizará as ações da Defesa Externa para garantir a Segurança Nacional e, conseqüentemente, a manutenção dos objetivos fundamentais. Internas diante de ameaças que possam manifestar ou produzir efeitos no ambiente interno do país, que interferem na ordem jurídica legitimamente estabelecida para a manutenção dos objetivos fundamentais, mobilizando, assim, as ações da Defesa Interna.

O emprego do **Poder Nacional**<sup>50</sup> na execução das ações de Defesa pelo *Ministério da Defesa* é definido pelos objetivos do documento de maior

---

<sup>45</sup> Manual Básico da Escola Superior de Guerra Vol. 1. *Ibidem*

<sup>46</sup> Ministério da Defesa. *Ibidem*

<sup>47</sup> Ministério da Defesa. *Ibidem*

<sup>48</sup> São atos planejados e coordenados pelo Governo, limitados e/ou determinados pelo ordenamento jurídico, aplicados no ambiente interno ou externo à Nação e que visam superar situações que possam atuar contra os Objetivos Fundamentais.

<sup>49</sup> Manual Básico da Escola Superior de Guerra.Vol. I *Ibidem*

<sup>50</sup> “Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional”

importância no Planejamento de Defesa, denominado **Política de Defesa Nacional (PDN)**.

A PDN:

É o conjunto de Objetivos de Governo bem como a orientação do Poder Nacional no sentido de conquistá-lo e mantê-los, superando ameaças e agressões de qualquer natureza que se manifestem, ou possam manifestar-se, contra a Segurança e o Desenvolvimento da Nação.<sup>51</sup>

Esse documento tem por desígnio “estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional”.<sup>52</sup>

A maior representação do Poder Nacional está na **Expressão Militar**, que tem no emprego da força a possibilidade de desestimular possíveis ameaças. Entende-se por Expressão Militar do Poder Nacional “a manifestação de natureza preponderantemente militar do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais”.<sup>53</sup> São fundamentos da Expressão Militar: Recursos Humanos, Território e Instituições Militares. Quanto aos recursos humanos, tal fundamento se impõe, pois o homem é o maior potencial de uma Nação, o elemento mais precioso da Expressão Militar, e que, por meio de sua capacidade, sustenta a base estrutural do processo.

Relativamente ao segundo fundamento, temos o território, base física de uma nação. A integridade territorial constitui aspiração nacional, devendo ser mantida até as últimas consequências, e para o quê, se necessário, faz valer a força de sua Expressão Militar. Cabe às **Forças Armadas** a manutenção da inviolabilidade das fronteiras, do espaço aéreo e do mar territorial, aspectos que, no Brasil, são muito significativos em face de sua extensão territorial e da grande disponibilidade de recursos naturais.<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Vol. I *Ibidem*

<sup>52</sup> Ministério da Defesa. *Ibidem*

<sup>53</sup> Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Vol. II *Ibidem*

<sup>54</sup> Ministério da Defesa. *Ibidem*



As instituições Militares são a base funcional do processo. Por elas o Poder Nacional é empregado, seguindo a PDN. Subordinadas ao Ministério da Defesa, serão empregadas pelo Chefe de Estado, assessorado pelo Ministro da Defesa e o seu Conselho Militar. São constituídas pela **Marinha, Exército e Aeronáutica**, estando, como dito, sob a autoridade suprema do *Presidente da República* através do Ministério da Defesa. Contudo, para que o Poder Nacional possa manter os Objetivos Nacionais é necessário, primeiramente, sua formulação estratégica.

Entende-se por Estratégia Nacional “a arte de preparar e de aplicar o Poder Nacional para, superando os Óbices,<sup>55</sup> alcançar e preservar os Objetivos Nacionais, de acordo com a orientação estabelecida pela **Política Nacional**.”<sup>56,57</sup>

Para Pesce,<sup>58</sup> as orientações estratégicas caracterizam duas vertentes na esfera de Defesa Nacional: uma preventiva e outra reativa. A primeira valoriza a ação diplomática, assim como uma postura estratégica dissuasória baseada na capacidade militar crível. A segunda, em caso de agressão, empregará todo o Poder Nacional, com ênfase na expressão militar, na defesa do País.

As orientações estratégicas preventivas se baseiam nos seguintes pressupostos: fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente; estreito relacionamento com os países vizinhos e com a comunidade internacional baseado na confiança e no respeito mútuos; rejeição à guerra de conquista. A segunda dá poderes para o Brasil exercer o direito de legítima defesa autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU.<sup>59</sup>

Para que essas ações possam ser direcionadas, encontramos vinte e seis **diretrizes estratégicas** para a consecução dos objetivos de Defesa Nacional. Tais diretrizes incluem: manter forças estratégicas de pronto emprego; dispor de

---

<sup>55</sup> Obstáculos de toda ordem que dificultam ou impedem a conquista e manutenção de objetivos.

<sup>56</sup> É o conjunto dos objetivos fundamentais bem como a orientação para o emprego do Poder Nacional, atuando em conformidade com a Vontade Nacional.

<sup>57</sup> Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Vol. I *Ibidem*

<sup>58</sup> PESCE, Eduardo Ítalo. A nova política de Defesa Nacional. Disponível em: <<http://www.segurancaedefesa.com/artigos.html>>. Acesso em 23/09/2006.

<sup>59</sup> Ministério da Defesa. *Ibidem*

meios militares para salvaguardar pessoas, bens e recursos brasileiros no exterior; aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência; incrementar a interoperabilidade e o emprego combinado das Forças Armadas; aprimorar a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo; e aumentar a presença militar no Atlântico Sul e na Amazônia, garantir recursos suficientes e contínuos para o preparo e o emprego das Forças Armadas; aperfeiçoar o gerenciamento de crises político-estratégicas; implantar o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) e aprimorar a logística militar; proteger as linhas de comunicação marítimas vitais; e dispor de estruturas de segurança contra atos terroristas e ataques cibernéticos, fortalecer a infraestrutura estratégica de transporte, energia e comunicações; promover a interação das demais políticas governamentais com a de Defesa Nacional; desenvolver e integrar a Amazônia, vivificando a faixa de fronteira; conscientizar a sociedade para os assuntos de defesa; estimular a pesquisa científica e tecnológica de interesse para a defesa; e intensificar o intercâmbio entre Forças Armadas, universidades, instituições de pesquisa e indústrias.<sup>60</sup>

Também incluem atuar para a manutenção de um clima de paz e cooperação nas fronteiras; intensificar o intercâmbio com Forças Armadas de nações amigas, principalmente na América do Sul e África Ocidental; contribuir para a integração regional, com ênfase na base industrial de defesa; e participar ativamente das decisões sobre o destino da Antártica, dispor de capacidade de projeção de poder para operações no exterior; criar novas parcerias com países amigos para desenvolver tecnologias de interesse da defesa; participar de missões de paz ou humanitárias, de acordo com os interesses nacionais; e participar crescentemente dos foros internacionais de decisão, visando a aumentar a capacidade de negociação do País.<sup>61</sup>

Para que essas diretrizes possam exercer seu papel, tanto a **estratégia** quanto a **Política Nacional** precisam ser coordenadas em todas suas áreas de

---

<sup>60</sup> PESCE, Eduardo Ítalo. *Ibidem*

<sup>61</sup> PESCE, Eduardo Ítalo. *Ibidem*

atuação, devendo estar harmonizadas entre si com as reais necessidades e disponibilidades de meios, como condição básica para atingirem êxito.

A política, ao identificar e definir os objetivos, orienta a sociedade, organizando a ordem social e assegurando os direitos individuais e a sobrevivência da nação. Possui a justiça e a ética como referências, sem as quais não há ordem social.<sup>62</sup> A estratégia emprega os meios do Poder, através da **eficácia**, para superar todos os obstáculos, fazendo cumprir os Objetivos Nacionais estabelecidos pela Política Nacional.

*Princípio Estratégico da Eficácia:* “Os meios devem ser aplicados no momento oportuno, no valor e no local exatos em que poderão produzir, da melhor forma, os efeitos desejados”.<sup>63</sup> Esse princípio emana da Teoria Jominiana, em que a chave do processo é a aplicação da estratégia decorrente da ação ofensiva, concentrando as forças contra o inimigo no *ponto decisivo*.<sup>64</sup>

Em suma, o modo de empregar o Poder é característico das ações estratégicas, as quais têm seu campo de ação limitado por uma orientação política que subordina o princípio estratégico da eficácia aos postulados éticos da Política, que, por sua vez, deve conhecer as necessidades da Estratégia.

Conclui-se, desse modo, que a Defesa da Nação, por meio do Poder Nacional, busca superar todos e quaisquer tipos de ameaças que possam se chocar com os Objetivos Nacionais, sejam tais ameaças internas ou externas. Em alguns casos é necessário o emprego da força, oriundo das Forças Armadas para paralisar essas intimidações, podendo ocorrer de diferentes formas, de acordo com os interesses nacionais. É através da Expressão Militar que o Poder Nacional desestimula tais ameaças, seguindo as premissas da Política de Defesa Nacional, definidas pelo Ministério da Defesa.

---

<sup>62</sup> Manual Básico da Escola Superior de Guerra.Vol. I *Ibidem*

<sup>63</sup> Manual Básico da Escola Superior de Guerra.Vol. I *Ibidem*

<sup>64</sup> Guia de Estudos de Estratégia. Os Fundadores do Pensamento Estratégico. Cap. 2. Rio de Janeiro.

Entende-se que, para obter eficácia nas ações de Defesa, é necessário seguir um ordenamento político-estratégico baseado em fatores como dimensão geográfica e capacidade econômica, que viabilizam os meios do poder e a sua melhor forma de aplicação a fim de atingir o resultado mais condizente com a sua vontade. Enfatiza-se a importância do desenvolvimento de uma mentalidade de defesa na sociedade brasileira, buscando sensibilizá-la para a importância das questões pertinentes à Soberania, aos interesses nacionais e à integridade territorial do País.

Finaliza-se este capítulo com as respostas às questões inicialmente dirigidas ao leitor. O fato de um Estado sofrer violações territoriais, sejam elas temporárias ou permanentes, não implica perda de soberania, apenas na diminuição da sensação de segurança. A perda de soberania só ocorre quando o Estado perde a capacidade de se auto-governar ou deixa de ser reconhecido, se descaracterizando como Estado-Nação frente aos outros Estados no Ambiente Internacional.

O Brasil, em especial na região Amazônica, já vem sofrendo sérios problemas que dizem respeito à sua segurança, tais como: exploração dos recursos minerais e da biodiversidade, narcotráfico, invasão territorial e do espaço aéreo. Essas questões pertinentes à Soberania se resumem na problemática da dimensão das fronteiras, principalmente da macro-região Norte.

Faremos essas explanações no decorrer do segundo capítulo.

## Capítulo 2 – Amazônia - Aspectos Físico-Político/Econômicos. Ambiente Internacional e os Riscos à Soberania

Este capítulo tem por objetivo elucidar o leitor sobre o que a Amazônia representa pela sua extensão e potencial de recursos naturais e minerais, problemática de maior importância para o País. Por estar presente em vários outros países, a Cooperação Internacional se faz necessária, a fim de tentar diminuir as áreas sem fiscalização, que, para alguns países, são questões sem nenhuma importância visível. Veremos, neste segundo capítulo, seus dados físicos, biodiversidade, importância econômica, biopirataria, ambiente internacional, riscos à soberania e mecanismos de defesa.

### 2.1 Dados Físicos

A área da **Amazônia Legal**<sup>65</sup> totaliza uma superfície aproximada de 5.217.423 km<sup>2</sup>, o que corresponde a *cerca de 61% do território brasileiro*, abrangendo os estados da macrorregião Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), o Estado do Mato Grosso (macrorregião Centro-Oeste) e parte do Maranhão, a oeste do meridiano de 44° (macrorregião Nordeste).<sup>66</sup>

A Amazônia Legal foi instituída pela Lei nº 1.806, de 06.01.1953, com o objetivo de viabilizar o planejamento econômico da região amazônica, sendo fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Esse conceito nasceu com a necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região.<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> Referência a Amazônia Brasileira

<sup>66</sup> Biomassa. Na Amazônia Legal Brasileira. Disponível em <http://infoener.iee.usp.br/cenbio/brasil/amlegal/amlegal.htm>. Acesso em 16/06/2006.

<sup>67</sup> ADA. Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em <http://www.ada.gov.br/amazonia/legislacao.asp>. Acesso em 17/07/2006.

Nos moldes do dispositivo legal em comento, foram incorporados à Amazônia Brasileira, em 1953, os estados do Maranhão (oeste do meridiano 44°), de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul, atualmente Estado de Tocantins) e do Mato Grosso (norte do paralelo 16° de latitude sul). Em 1966, pela Lei nº 5.173, de 27.10.1966, com a extinção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o conceito de Amazônia Legal é reinventado para fins de planejamento. Assim, pelo artigo 45 da Lei Complementar nº 31, de 11.10.1977, a Amazônia Legal tem seus limites ainda mais estendidos, com a inclusão de toda a área do Estado de Mato Grosso.<sup>68</sup>

Há que se distinguir, por fim, a **Amazônia Ocidental**, que compreende os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima; a **Amazônia Oriental** (Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso) e a **Amazônia Continental** (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa), constituindo, assim, a **Pan-Amazônia**.

A partir da imagem da figura 2.1, resultado de dados obtidos a partir do sensoriamento remoto de baixa resolução espacial, podemos identificar a área correspondente à Amazônia Legal cedida pelo Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (**INPE**).

---

<sup>68</sup> DIREITO AMBIENTAL. Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966. Disponível em <<http://www.lei.adv.br/5173-66.htm>>. Acesso em 18/07/2006.

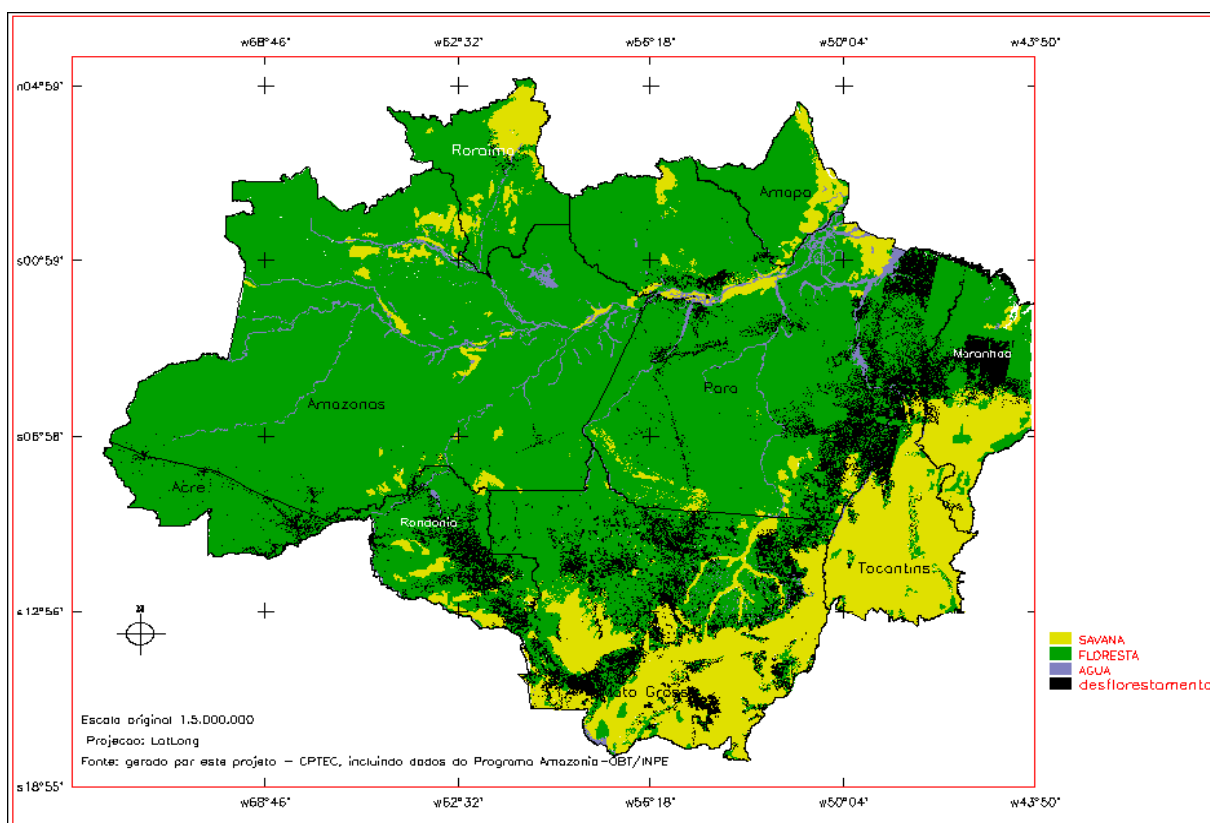


Figura 2.1 Mapa de Cobertura da Amazônia Legal. (Fonte: [www.cptec.inpe.br](http://www.cptec.inpe.br). Acesso em: 18/07/2006)

Entretanto, há uma outra Amazônia, cuja existência é desconhecida por boa parte dos brasileiros. Trata-se da **Amazônia Azul**, que, por sua vez, é maior que a verde e, de certa forma, mais rica.

Conforme estabelecido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), todos os bens econômicos sobre o leito e no subsolo marinho, ao longo de uma faixa de 200 milhas marítimas, estão, pela lei, na chamada Zona Econômica Exclusiva (**ZEE**), a qual constitui propriedade privada do País. Em alguns casos, como no caso do Brasil, a Plataforma Continental<sup>69</sup>(**PC**) se estendeu até 350 milhas marítimas (aproximadamente 640 km). Somando essas duas áreas (ZEE + PC) temos uma área de 4,5 milhões de km<sup>2</sup>, referente à

<sup>69</sup> Prolongamento natural da massa terrestre de um Estado costeiro

Amazônia Azul, uma área equivalente a mais de 50% de sua extensão territorial.<sup>70</sup> É nessas duas Amazôniaas que se encontram a maior diversidade biológica do planeta e, ao mesmo tempo, a maior riqueza de nosso país.



Figura 2.2 Área correspondente à Amazônia Azul. (Fonte: <http://defesanet.web.terra.com.br/marinha>. Acesso em: 07/10/2006)

Na figura 2.2 podemos observar a área correspondente à Zona Econômica Exclusiva e extensão da Plataforma Continental referente à faixa litorânea Ocidental pertencente ao nosso país.

<sup>70</sup> A Amazônia Azul. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/marinha/amazoniaazul>>. Acesso em: 7/10/2006.



## 2.2 Biodiversidade, Importância Econômica e Biopirataria

Entende-se por diversidade biológica ou **biodiversidade** a variedade de vida no planeta, seja ela de espécies da flora, da fauna, de microorganismos, seus habitats, as funções ecológicas desempenhadas por cada espécie no ambiente e o sinergismo gerado pelas interações dos seres vivos no ecossistema. Em outras palavras, refere-se :

A variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.<sup>71</sup>

A biodiversidade é responsável pelo equilíbrio e estabilidade na natureza, pois desempenha um papel fundamental de equilibrar as funções ecológicas responsáveis pelos processos naturais que sustentam outras formas de vida e modificam a biosfera. É fonte de um grande potencial de uso econômico, servindo de base para a indústria de biotecnologia, que influencia setores sociais, econômicos, científicos, educacionais e estéticos.<sup>72</sup>

Para que seja assegurada a conservação da biodiversidade, seu uso sustentável e a justa repartição dos benefícios provenientes do uso econômico dos recursos genéticos, respeitando a soberania de cada nação, foi ratificada por 168 países, incluindo o Brasil, a Convenção Sobre Diversidade Biológica (**CBD**). Tal convenção estabelece normas e princípios que regem o uso e a proteção da diversidade biológica em cada país signatário.<sup>73</sup> A CDB tem definido marcos político-mundiais que orientam a gestão da biodiversidade: o Protocolo de Cartagena sobre biossegurança, que vem fiscalizando a movimentação transfronteiriça.

---

<sup>71</sup> Artigo 2º da Convenção sobre Diversidade Ecológica (CDB)

<sup>72</sup> Disponível em: <<http://ecositebr.bio.br/biodiversidade.htm>>. Acesso em: 04/10/2006.

<sup>73</sup> Disponível em: <[http://www.biopirataria.org/definicao\\_convencao\\_biodiversidade.php](http://www.biopirataria.org/definicao_convencao_biodiversidade.php)>. Acesso em: 12/10/2006.

O Brasil foi o primeiro país a assinar a CDB. Para cumprir com seus compromissos, o País vem criando instrumentos, tais como o Programa Nacional de Diversidade Biológica (**PRONABIO**) que, junto com a sociedade civil, busca viabilizar as ações propostas pela Política Nacional, na busca da conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, fixando prioridades de pesquisa, conservação e utilização sustentável, estabelecendo critérios gerais de aceitação e seleção de projetos pela Comissão Coordenadora do PRONABIO.<sup>74</sup> A diversidade da Amazônia é a mais complexa e rica do planeta. Cerca de 30% de todas as espécies de fauna e flora encontram-se na região.

Vista a partir do cosmos, a Amazônia sul-americana corresponde a 1/20 da superfície da Terra, 2/5 da América do Sul, 3/5 do Brasil; contém 1/5 da disponibilidade Mundial de água doce e 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, mas somente 3,5 milésimos da população mundial (Becker, 1990).

Cerca de 60% de sua área está em território brasileiro, a floresta tem mais de 200 espécies diferentes de árvores por hectare, 1400 tipos de peixes, 1300 de pássaros e 300 de mamíferos, totalizando mais de 2 milhões de espécies. Com isso, representa um terço de toda a área de florestas tropicais do mundo, com mais de 6,5 milhões de quilômetros quadrados.<sup>75</sup>

A Amazônia não pode ser considerada apenas como uma reserva de biodiversidade, pois é uma fonte muito importante de recursos para o desenvolvimento. Possui 15% das reservas mundiais de bauxita,<sup>76</sup> 96% das reservas de titânio do mundo, minério fundamental para o próximo século. Temos também 98% das reservas mundiais de nióbio, vital para a indústria espacial e como combustível para gerar energia nuclear limpa.<sup>77</sup>

Possui, ainda, outros metais como ouro, prata, estanho, urânio, manganês e molibdênio, em quantidades menores. Somente nas Minas dos Carajás

---

<sup>74</sup> Convenção Sobre Diversidade Biológica. Disponível em: <<http://www.cdb.gov.br/CDB>>. Acesso em: 12/10/2006.

<sup>75</sup> Jornal "O Globo" Março de 2002.

<sup>76</sup> Disponível em: <<http://www.oas.org/dsd/publications/Unit/oea08b/ch13.htm>> . Acesso em: 04/10/2006.

<sup>77</sup> Disponível em: <<http://foralula.lpchat.com/content/view/68/55/>> . Acesso em: 05/10/2006.

encontram-se 17.8 gigatoneladas de minério de ferro, 1.1 gigatoneladas de minério de cobre. Já no alto do Vale do Rio Pitinga, acomodam-se mais de 270.000 toneladas de estanho.<sup>78</sup>

Um estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estimou em **4 trilhões de dólares** a riqueza potencial da diversidade biológica e mineral contida na Amazônia.<sup>79</sup> Contudo, mesmo com toda essa riqueza, o número de cientistas na região é irrisório, aproximadamente 500 estudiosos. Isso faz com que seja impossível um avanço nas áreas de pesquisa, em face de uma média de 33.0000 espécies de plantas; mesmo assim, o Brasil consegue lucrar 400 milhões de dólares em fitoterápicos, 10 bilhões em farmacológicos e 70 bilhões em cosméticos.<sup>80</sup>

Não obstante, a maior riqueza da Amazônia encontra-se no mar, fonte principal para o progresso do Brasil, desde os seus primórdios. Nessa gigantesca área marítima, encontram-se as maiores fontes de energia do País, reservas de petróleo e gás natural e todo seu potencial pesqueiro. Não se pode esquecer, também, que o transporte marítimo é responsável por movimentar mais de 95% de cargas para o exterior.<sup>81</sup> A soma dessas importações e exportações totalizou, em 2005, um montante de 120 bilhões de dólares.

Outra grande riqueza oriunda da nossa Amazônia Azul é o Petróleo. O Brasil já ultrapassou a marca de 1,5 milhão de barris por dia.<sup>82</sup> Anualmente, algo em torno de 22 bilhões de dólares.<sup>83</sup>

---

<sup>78</sup> MARTINI, Paulo Roberto. PanAmazônia: O Domínio da Floresta Amazônica na América do Sul. Disponível em: <[http://www.dsr.inpe.br/vcsr/html/APOSTILA\\_PDF/CAP3A\\_PRMartini.pdf](http://www.dsr.inpe.br/vcsr/html/APOSTILA_PDF/CAP3A_PRMartini.pdf)>. Acesso em 05/10/2006.

<sup>79</sup> Disponível em <<http://200.155.6.3/site/assets/cadernomeioambiente.pdf>>. Acesso em: 06/10/2006.

<sup>80</sup> BARATA, Lauro. Produtos da Biodiversidade Amazônica. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz22.htm>>. Acesso em: 05/10/2006.

<sup>81</sup> Ministério da Defesa. *Ibidem*

<sup>82</sup> Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/petroleo/pet06.shtml>>. Acesso em: 07/10/2006.

<sup>83</sup> Disponível em: <[http://www2.petrobras.com.br/publicacao/imagens/1527\\_form\\_20-f\\_petrobras\\_2002.pdf](http://www2.petrobras.com.br/publicacao/imagens/1527_form_20-f_petrobras_2002.pdf)> Acesso em: 07/10/2006.

Junto com o petróleo, o gás natural busca auto-suficiência e não fica muito atrás. São cerca de 15 bilhões de dólares por ano.<sup>84</sup> A pesca e outras atividades que se mantêm da captação de recursos minerais marinhos finalizam o quadro das atividades que atualmente são as mais importantes das atividades marítimas. Lembre-se que, embora em menor escala, temos a navegação de cabotagem, o turismo marítimo e futuramente a exploração de nódulos polimetálicos.<sup>85</sup>

No entanto, a fiscalização das águas territoriais é tarefa das mais complexas, cabendo à Marinha do Brasil vigiar uma área de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, sujeita à pirataria, ao contrabando, despejo ilegal de material poluente, exploração da fauna, extração de petróleo e água doce do Rio Amazonas.<sup>86</sup> Sabe-se, de fato, que todas essas atividades ilícitas que ocorrem tanto na Amazônia Verde quanto na Azul se devem a essa grande variedade de recursos naturais e minerais existentes na Amazônia.

A história nos ensina que toda riqueza desperta cobiça, a qual pode interferir na Soberania Nacional. Muitas vezes o acesso a essas riquezas ocorre de forma repreensível e antiética. Os interesses econômicos de apropriação e monopolização afetam a soberania do poder público sobre os recursos existentes em cada região, alteram a forma de viver das comunidades locais e dos povos indígenas, desrespeitam a cultura e os conhecimentos tradicionais e prejudicam o espírito de sustentabilidade adotado pelas comunidades. A essas lesões dá-se o nome de **Biopirataria**.<sup>87</sup>

O termo biopirataria foi criado em 1993 pela Organização Não Governamental RAFI, hoje *ETC-Group*, com o objetivo de alertar para o fato de que recursos biológicos e conhecimento indígena estavam sendo roubados e patenteados por empresas multinacionais e instituições científicas, e que as

---

<sup>84</sup> Disponível em: <<http://ecen.com/eee17/petrgases.htm>>. Acesso em: 07/10/2006.

<sup>85</sup> Disponível em: <[https://www.mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/nossa\\_ultima\\_frenteira.htm](https://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/nossa_ultima_frenteira.htm)> Acesso em: 07/10/2006.

<sup>86</sup> Disponível em: <[https://www.mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/vertente\\_econ.htm](https://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/vertente_econ.htm)>. Acesso em: 07/10/2006.

<sup>87</sup> Disponível em: <<http://www.biopirataria.org/>>. Acesso em: 05/10/2006.

comunidades e os povos indígenas, além de não participarem do lucro, estavam sendo explorados.<sup>88</sup>

Para o Instituto Brasileiro de Direito do Comércio Internacional da Tecnologia Informação e Desenvolvimento (CIITED), biopirataria consiste “no ato de aceder a ou transferir recurso genético (animal ou vegetal) e/ou conhecimento tradicional associado à biodiversidade, sem a expressa autorização do Estado de onde fora extraído o recurso ou da comunidade tradicional que desenvolveu e manteve determinado conhecimento ao longo dos tempos”.

Hoje, um dos maiores adversários do Brasil no combate à biopirataria são empresas **norte-americanas**, que, em alguns casos, chegam ao absurdo de patentear, em sua totalidade, plantas que já são estudadas há mais de meio século pelos povos indígenas.<sup>89</sup> De fato, isso ocorre porque os Estados Unidos não ratificaram o CDB.

A Região Amazônica sempre se caracterizou por um intenso movimento de atividades científicas. Contudo, é preciso saber distinguir biopirataria de estudos científicos, os quais são responsáveis por financiar muitos projetos na região.

O primeiro caso de biopirataria começou logo depois da “descoberta” pelos portugueses, em 1500, quando se apossaram da técnica de extração do pigmento vermelho do pau-brasil, utilizada pelos indígenas.

O caso mais marcante ocorreu em 1876, quando o inglês Henry Wickham levou sementes de seringueira para as colônias Britânicas. Após algumas décadas, a Malásia tornou-se o principal exportador de látex, ferindo severamente

---

<sup>88</sup> Disponível em: <[http://www.amazonlink.org/biopirataria/biopirataria\\_faq.htm](http://www.amazonlink.org/biopirataria/biopirataria_faq.htm)>. Acesso em: 05/10/2006.

<sup>89</sup> Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/lazer/staruck/biopirataria.htm>>. Acesso em: 05/10/2006.

a economia da Amazônia, que se baseava na exportação da borracha. Wickham foi condecorado pelo rei da Inglaterra com o título de Cavaleiro Britânico.<sup>90</sup>

Casos como esses sempre irão existir numa área de extensa fronteira e de tantas riquezas como a Amazônia. Dessa forma, é mais importante o incentivo às pesquisas científicas do que a capacidade de controlar a saída de tais riquezas. Favorecem, também, essa situação a falta de uma legislação nacional para definir acordos internacionais envolvendo a troca de materiais genéticos, a fiscalização disciplinar de expedições científicas e de cientistas que se passam por turistas, circunstância que não encontra reciprocidade nos países desenvolvidos.<sup>91</sup>

## 2.3 Ambiente Internacional

Como visto anteriormente, o conceito político-jurídico de Soberania entrou em crise com a chegada do pluralismo na sociedade industrial. Desde então, o Estado moderno não foi mais capaz de se apresentar como único centro de poder.

Esse novo caráter dado às relações internacionais foi responsável por levar os Estados à interdependência, que, por sua vez, começou a apagar seus limites territoriais. O golpe final veio com as chamadas **comunidades supranacionais**, cujo objetivo foi o de limitar fortemente a soberania dos Estados-Membros às autoridades supranacionais, que, por meio das Cortes de Justiça Internacional, aplicariam o *direito supranacional* em cada Estado.

Essa política foi responsável pelo aparecimento de empresas detentoras de um poder de decisão que as colocam acima de qualquer forma de controle: as multinacionais.<sup>92</sup>

O início desse processo se deu com a criação do **Diálogo Interamericano**, fundado em 15 de outubro de 1982 por David Rockefeller e outros representantes

---

<sup>90</sup> Disponível em: <<http://www.biopirataria.org/historia.php>>. Acesso em: 18/10/2006.

<sup>91</sup> HOMMA, Alfredo. Biopirataria na Amazônia. Ainda é tempo para salvar? Disponível em: <<http://www.atech.br/agenda21.as/download/amazonia2.pdf>>. Acesso em: 19/10/2006.

<sup>92</sup> BOBBIO, Norberto. *Ibidem*

do *establishment* americano e da América Latina. O diálogo interamericano propunha: “estabelecer estruturas supranacionais para atuar no continente, vigiando as atividades militares e promovendo ações intervencionistas, sempre que necessário”.<sup>93</sup> O então conjunto de medidas foi anunciado pelo presidente Reagan e ficou conhecido como **Projeto Democracia**.

Alguns anos depois, o projeto anunciou um plano para eliminar, a curto prazo, a soberania dos estados da América Latina, os quais passariam a ser subordinados a instituições supranacionais orientadas pelos Estados Unidos, tais como o Fundo Monetário Internacional e a Organização das Nações Unidas. Por meio dessas instituições, os EUA visavam: o embargo de exportações e importações vitais, suspensão de ajudas militares, fornecimento de equipamentos, possíveis intervenções militares e, até mesmo, a suspensão dos direitos sociais de alguns países da América Latina como forma de incrementar os investimentos.<sup>94</sup>

Essas mudanças no ambiente internacional são responsáveis por causar instabilidade e gerar novas ameaças à segurança dos Estados. As velhas fronteiras físicas cederam lugar a novas fronteiras ideológicas, que ultrapassaram os Estados em nível planetário. O fenômeno da globalização, resultado também do pluralismo e das comunidades supranacionais, foi responsável pela revolução tecnológica, expansão do comércio internacional e dos fluxos de capitais, contudo, apenas para uma parte da humanidade.

Essa crescente exclusão da maior parcela da população mundial dos processos de produção, consumo, acesso à informação são fontes potenciais de conflitos. Países detentores de grande biodiversidade, grandes reservas de recursos naturais são, igualmente, fontes potenciais. Disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial, pelas divisões territoriais e por fontes de

---

<sup>93</sup> CHAGAS, Eduardo. Como Dissolver a Soberania Nacional. Disponível em: <<http://www.armaria.com.br/chagas.htm>>. Acesso em: 09/10/2006.

<sup>94</sup> CHAGAS, Eduardo. *Ibidem*

água doce e energia encerram o quadro das questões que irão ameaçar a ordem mundial.<sup>95</sup>

Na tentativa de minimizar essas questões e contrabalancear os efeitos da globalização, é enfatizada a busca pela **regionalização** por meio da formação de blocos econômicos e políticos, visando os interesses comuns. Seguindo essas premissas, podemos destacar o fortalecimento do processo de integração dos países da América do Sul (**Mercosul**), da Comunidade Andina de Nações (**CAN**), o relacionamento dos países amazônicos no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (**OTCA**), cooperação com os Países Africanos, a consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (**ZOPACAS**) e a cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (**CPLP**)<sup>96</sup>

Nesse ambiente de integração, destaca-se a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), pois foi o primeiro meio de representação da preocupação dos países Amazônicos com a Soberania territorial e o reconhecimento de que seria necessária a cooperação internacional para garantir esse exercício.<sup>97</sup> O Tratado prevê: “a colaboração entre os países-membro para promover a pesquisa científica e tecnológica e o intercâmbio de informações; a utilização racional dos recursos naturais; a liberdade de navegação nos rios amazônicos; a proteção da navegação e do comércio; a preservação do patrimônio cultural; os cuidados com a saúde; a criação e a operação de centros de pesquisa; o estabelecimento de uma adequada infra-estrutura de transportes e comunicações; o incremento do turismo e o comércio fronteiriço”.<sup>98</sup>

Após um grande número de ameaças que vêm ocorrendo na região de fronteira, foi realizada a primeira Reunião Ministerial sobre Defesa e Segurança Integral da Amazônia, na capital colombiana pelos Ministros de Defesa e as

---

<sup>95</sup> Ministério da Defesa. *Ibidem*

<sup>96</sup> Ministério da Defesa. *Ibidem*

<sup>97</sup> ARAGÓN, Luís Eduardo. Há Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável Na Amazônia? <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/futAmazonia02.pdf>>. Acesso em: 06/10/2006.

<sup>98</sup> Disponível em: <<http://www.oas.org/dsd/publications/unit/oea08b/ch14.htm#TopOfPage>>. Acesso em: 06/10/2006.



Delegações dos países da OTCA. No evento, destacou-se a proposta feita pelo Peru, de criar uma Comissão Especial com o objetivo de apoiar as políticas setoriais dos eixos do OTCA, reconhecendo a preocupação com os temas de segurança e defesa da região.

Essa comissão irá tratar de três temas:

- 1- Crime Transnacional Organizado: Tráfico de drogas ilícitas, precursores químicos, armas, munições e explosivos;
- 2- Interdição e sistemas de vigilância e proteção da Amazônia;
- 3- Outros temas que afetam a segurança da região amazônica: tráfico ilícito de espécies e recursos florestais de flora e fauna.<sup>99</sup>

Em se tratando de fronteiras, os países-membro encontraram no tratado maneiras de estabelecer mecanismos para a execução das ações fronteiriças mediante acordos bilaterais, os quais serviram de base para a realização dos estudos integrados binacionais. Até agora, os acordos bilaterais são: Colômbia - Equador e Colômbia - Peru, ambos assinados em março de 1979; Brasil - Colômbia, em março de 1981; Brasil - Peru, em outubro de 1979; e Bolívia - Brasil, em agosto de 1988.<sup>100</sup>

Para o Brasil, as áreas de maior preocupação com a instabilidade do ambiente internacional são a **Amazônia e o Atlântico Sul**,<sup>101</sup> prioritárias para a nossa defesa, em vista da riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima dessas regiões. Na Amazônia, destaca-se a necessidade de ações estratégicas visando ao fortalecimento da presença militar, à efetiva ação do Estado no desenvolvimento sócio econômico e à ampliação da

---

<sup>99</sup> Disponível em: <[http://www.biopirataria.org/more.php?id=148\\_0\\_7\\_0\\_M](http://www.biopirataria.org/more.php?id=148_0_7_0_M)>. Acesso em: 18/10/2006.

<sup>100</sup> Disponível em: <<http://www.oas.org/dsd/publications/unit/oea08b/ch15.htm#TopOfPage>>. Acesso em: 06/10/2006.

<sup>101</sup> Segundo a Marinha, o Atlântico Sul estende-se a 20 graus de latitude Norte até o continente antártico.

cooperação com os países vizinhos, com vistas à defesa das riquezas naturais e do meio ambiente. Por sua vez, no Atlântico Sul, defende-se a necessidade de meios para exercer a vigilância e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras na “Amazônia Azul”, bem como para manter a segurança das linhas de comunicação marítimas.<sup>102</sup>

## **2.4 Riscos à Soberania e Mecanismos de Defesa**

A cada dia que passa, as pressões internacionais aumentam. A mobilização internacional em favor de ingerência externa, sob o argumento de que o Brasil não é capaz de cuidar sozinho da região Amazônica é um tema bem antigo. As tentativas de intervenção começaram no início do século passado. Em abril de 1817, o Comandante da Marinha dos Estados Unidos enviou à Secretaria do Estado um mapa da América do Sul, redesenhado por ele, em um memorando secreto. No memorando, ele sugeria que os Estados Unidos tomassem a iniciativa de estimular a criação do “Estado Soberano da Amazônia”.<sup>103</sup>

---

<sup>102</sup> PESCE, Eduardo Ítalo. *Ibidem*

<sup>103</sup> Toa. Disponível em: <<http://www.geocities.com/toamazon>>. Acesso em: 13/10/2006.

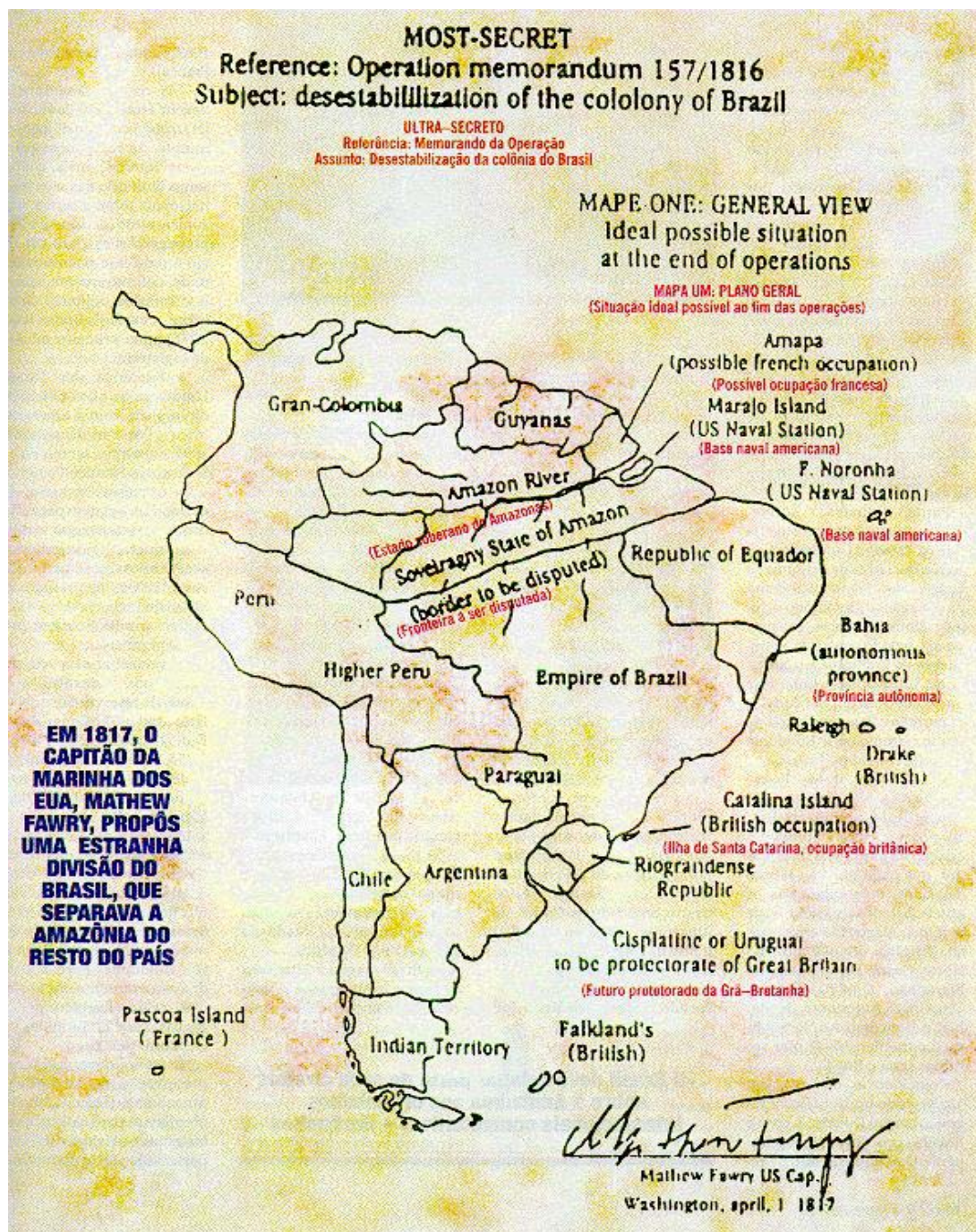


Figura 2.3 Desmobilization of the Colony of Brazil (Fonte: <http://www.geocities.com/toamazon>)

Na figura 2.3 temos a marcação do que seria o Estado Soberano da Amazônia. As áreas incluem a região das Guianas, a fronteira da Venezuela e da Colômbia ao Norte, uma linha reta de São Luís do Maranhão indo ao ponto

extremo onde Rondônia se limita com Mato Grosso. O comandante propôs, também, a criação da República do Equador, que englobaria Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e parte do Maranhão, uma província autônoma da Bahia e a República Riograndense.<sup>104</sup>

Em 1948, o Brasil teve outro problema de grande porte, com o impacto de um projeto da UNESCO de tentativa de internacionalização da Amazônia, conhecido como Instituto Nacional da Hiléia Amazônica. Apesar dos 61% da área total da Pan-Amazônia no Brasil, esse projeto daria ao País o direito de apenas um voto, equiparando-o à França e à Holanda, as quais tinham, na região das Guianas, pequenas colônias. Mesmo com o apoio da imprensa brasileira, o projeto foi vetado pelo Chefe do Estado Maior do Exército.<sup>105</sup>

Dezenove anos depois, em 1967, a pressão internacional reaparece com o Projeto Hudson, na criação do Sistema de Grandes Lagos Amazônicos, que visava inundar uma área equivalente ao estado de São Paulo, para represar o grande rio e permitir navegação até as minas da Bolívia, passando pelo Peru e Venezuela, países fornecedores de matéria-prima para as indústrias metalúrgicas dos Estados Unidos.<sup>106</sup>

O tempo vem passando e as causas de intervenção continuam. Em 1981, o Conselho Mundial da Igreja Cristã enfatizava o envio de seus missionários para a região amazônica, pois, para eles, essa seria uma área considerada livre, patrimônio da humanidade. Com o mesmo intuito de catequizar os índios da região, em dezembro de 1987, o BIRD era pressionado por duas multinacionais norte-americanas a fazer empréstimos ao governo brasileiro para que fornecesse proteção aos índios.

Em 1989, foi a vez de a França nos atacar verbalmente, na Conferência de Haia, na qual se afirmou que os detentores de florestas tropicais úmidas deveriam

---

<sup>104</sup> Toa. *Ibidem*

<sup>105</sup> CORREA, Paulo Henrique da Rocha. Amazônia: Pressões externas, ingenuidade interna. Revista do Clube Militar. Dez-91.

<sup>106</sup> CORREA, Paulo Henrique da Rocha. *Ibidem*



compreender que sua soberania sobre elas é relativa. No mesmo ano, a Comunidade Econômica Européia tentou interromper o Projeto Carajás, no sul do Pará, tentando evitar as exportações de ferro e ouro para outros países do mundo.<sup>107</sup>

Não são apenas esses países que vêm demonstrando suas preocupações com a Amazônia. O Reino Unido, apesar de ser, juntamente com os EUA, o maior poluidor da atmosfera, também faz parte dessa lista. Em 1992, o então primeiro-ministro John Major declarava que a situação da Amazônia já era digna de intervenção militar.

Em 1º de outubro de 2006, o Secretário do Meio-Ambiente, David Miliband, propôs para a delegação britânica um projeto de privatização da floresta sul-americana, a ser apresentado na reunião do G8, que ocorreu nos dias 4 e 5 de outubro, na cidade de Monterrey, no México. A idéia britânica ainda contou com a ajuda de alguns cientistas ingleses e norte-americanos, que teorizaram sobre serem as florestas úmidas responsáveis pelo controle do efeito estufa. O objetivo principal é a criação de um corpo internacional para comprar a floresta.<sup>108</sup>

Essa excessiva demonstração de preocupação demonstrada por grupos estrangeiros em intervir de alguma forma na região amazônica vem se estendendo há anos, das mais diversas formas possíveis. Propostas de perdão da dívida externa com garantia da preservação da floresta, formação de nações indígenas independentes nas fronteiras, tentativas de impedir empréstimos voltados para realização de projetos no noroeste brasileiro,<sup>109</sup> entre outras. Essas tentativas de fazer com que o Brasil delegasse parte de seus direitos sobre a Amazônia a organismos internacionais ampliou ainda mais a **hipótese de conquista**.

---

<sup>107</sup> Toa. *Ibidem*

<sup>108</sup> Disponível em: <[http://www.une.org.br/home3/gerais/m\\_5565.html](http://www.une.org.br/home3/gerais/m_5565.html)>. Acesso em: 19/10/2006.

<sup>109</sup> Em 1989, O Parlamento Europeu, através da CEE tentou interromper o Projeto Carajás do Sul, no Estado do Pará, com o intuito de evitar as exportações de ferro e ouro para outros países do mundo.

O **Plano Colômbia** foi fator culminante para que o Brasil voltasse a ter mais preocupação com a segurança e a defesa militar da Amazônia. Localizado em área de um dos países mais ricos em reservas naturais da Amazônia, o Plano Colômbia foi responsável por inserir os norte-americanos de forma militar na região, um verdadeiro cavalo de tróia. O plano representa a intervenção dos Estados Unidos e da Colômbia na busca de regionalizar a guerra civil colombiana para conter o narcotráfico, que, por sua vez, acabou envolvendo os países fronteiriços, como no caso do Brasil.<sup>110</sup>

O plano conta com quatro bases aéreas: uma no Equador, outra na província de Misiones, a 1300 km de Buenos Aires, e as outras duas próximas ao Suriname, em Aruba e Curaçao. Possuem um contingente de 665 militares, modernos caças F16, aviões espiões e aviões-radar Awacs de última geração, ao todo um projeto de 116 milhões de dólares.<sup>111</sup>

Cada vez fica mais evidente a manutenção do cinturão militar e a aproximação dos norte-americanos, estes, por sinal, cada vez mais em iminência de violar o tão sagrado direito de soberania das nações.

Na figura 2.4 temos a representação da presença dos EUA, não só do Plano Colômbia, mas de todas as bases de operações avançadas ao longo de 7,0 milhões de km de fronteira da Amazônia Ocidental.

---

<sup>110</sup> FILHO, Geraldo Lesbat Cavagnari. Introdução à Defesa da Amazônia. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/art4.htm>>. Acesso em: 09/10/2006.

<sup>111</sup> Toa. *Ibidem*



Figura 2.4 – Presença de forças militares dos Estados Unidos da América na América do Sul. A isto, deve-se adicionar a Esquadra do Atlântico, composta, entre outros meios, por 6 navios aeródromos e por 10 submarinos nucleares. (Disponível em documentos do Departamento de Estudos Estratégicos e de Interesse das Forças Armadas – ATIFA)

A ampliação e o fortalecimento da presença militar na Amazônia foram determinados, de certo modo, segundo a lógica que enfatizava a chamada hipótese de conquista.<sup>112</sup> Essa hipótese de aquisição do espaço amazônico pelas grandes potências resultou na ocupação efetiva do território e das fronteiras.

Em 2001, os Estados Unidos realizaram exercícios militares, com cerca de 6.300 soldados, na região da Amazônia Continental, embasando-se na **teoria do cerco**, e que ficou conhecida como **cinturão militar**.<sup>113</sup> Essa operação dos

<sup>112</sup> FILHO, Geraldo Lesbat Cavagnari. *Ibidem*

<sup>113</sup> Disponível em: <[http://www.radiobras.gov.br/materia\\_i\\_2004.php?materia=253250&editoria](http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=253250&editoria)>. Acesso em: 12/10/2006.

Estados Unidos, de fins, político-econômicos, busca criar alianças com a Argentina, Uruguai e Paraguai, visando a um pacto EUA/Comunidade Andina.<sup>114</sup>

Em face dessa hipótese, coube ao Poder Nacional dispor das Forças Armadas ao empregar a **Estratégia de Resistência**, que visa vetar ou dificultar a ocupação do território amazônico pela força eminente, de modo a levá-la a repensar a continuidade de sua ocupação. A Estratégia de Lassidão ou de resistência consiste em planejamentos que visam à defesa do território nacional contra forças alienígenas de intervenção, cabendo não só aos militares: é preciso que a vontade nacional prospere e que envolva a sociedade brasileira como um todo.<sup>115</sup>

Essa estratégia tem como finalidade exaurir a vontade nacional de qualquer país que ameace de intervenção. É uma forma de conflito irregular, ou seja, uma **guerra de atrito**, que já ocorreu em muitas áreas da região amazônica brasileira, também conhecida, do ponto de vista militar, como Teatro de Operações da Amazônia. (TOA).<sup>116</sup> O TOA não se presta ao emprego centralizado de grandes unidades, de grandes efetivos militares. As operações realizadas são descentralizadas e emprega unidades táticas de pequeno efetivo.

Por suas características, o Teatro Amazônico é um espaço adequado para uma guerra prolongada, considerando as condições inóspitas do terreno, a dimensão continental, as condições climáticas desfavoráveis, de modo que uma intervenção militar na Amazônia demandaria uma mobilização gigantesca de recursos financeiros e bélicos, a ponto que até mesmo uma grande potência não teria certeza se iria atingir resultados compensadores. Contudo, se esses interesses forem considerados vitais aos interesses nacionais, indubitavelmente a potência em questão iria se dispor a isso.<sup>117</sup>

---

<sup>114</sup> Os países Andinos são responsáveis por mais de 25% do petróleo consumido nos Estados Unidos. Só a Venezuela é responsável por cerca de 15% desse consumo.

<sup>115</sup> Disponível em: <<http://resistir.info/brasil/amazonia.html>>. Acesso: 13/10/2006.

<sup>116</sup> FILHO, Geraldo Lesbat Cavagnari. *Ibidem*

<sup>117</sup> FILHO, Geraldo Lesbat Cavagnari. *Ibidem*



O Governo Federal, com vistas a influenciar na estratégia de Defesa da Amazônia, busca ampliar as unidades militares, bem como apoiar os pólos irradiadores do desenvolvimento sustentável. Em 1985, o Governo criou o programa de desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, conhecido como Programa Calha Norte (**PCN**) para atender à necessidade de promover a ocupação, respeitando as características de cada região, em harmonia com os interesses nacionais.<sup>118</sup>

Subordinado ao Ministério da Defesa, o PCN prioriza a faixa de fronteira, contribui para a manutenção da Soberania Nacional e da Integridade Regional e promove o desenvolvimento regional. Atualmente, o PCN tem uma área de atuação que corresponde a 25% do território nacional, com 5.306.107 habitantes, incluindo 30% da população indígena brasileira. Abrange 151 municípios, dos quais 95 estão na zona de fronteira entre o Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, equivalentes a uma área de 10.938 km de faixa.<sup>119</sup> Por se tratar de um plano de ação governamental, é de responsabilidade do Presidente da República liberar recursos para o financiamento do projeto, que deveria ter sido concluído até o final de 1997, mas, nesse ano, o Governo Collor deixou de lado as questões pertinentes à segurança nacional.

Cinco anos depois, em setembro de 1990, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (**SAE/PR**), atual ABIN, em parceria com os Ministérios da Justiça e da Aeronáutica, expôs a realidade da Amazônia e a verdadeira situação em que se encontrava, em face do abandono nos governos citados. Após essa exposição, a Presidência da República criou diretrizes para determinar os deveres dos órgãos competentes.<sup>120</sup>

---

<sup>118</sup> Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/programa\\_calha\\_norte/index.php?page.html](http://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php?page.html)>. Acesso em: 16/10/2006.

<sup>119</sup> Ministério da Defesa. Programa Calha Norte. *Ibidem*

<sup>120</sup> Disponível em <<http://www.sivam.gov.br/PROJETO/intro1.htm>>. Acesso em: 17/10/2006.

Coube ao SAE/PR formular um sistema de coordenação (**SIPAM**), no qual a atuação integrada dos órgãos governamentais visasse à promoção do desenvolvimento sustentável, proteção ambiental e repressão aos ilícitos na Amazônia. Ao Comando da Aeronáutica incumbiu a implementação de um sistema de vigilância (**SIVAM**).<sup>121</sup>

Ao Ministério da Justiça coube estruturar um conjunto de medidas que permitissem sua integração ao SIVAM, de forma a tornar o sistema responsável por suas ações. Compete também, ao Ministério da Justiça a elaboração do projeto **Pró-Amazônia**, Polícia Federal na Amazônia, e o **PROMOTEC**, Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico Científico da Polícia Federal. O Pró-Amazônia objetiva “criar condições para o controle das fronteiras, prevenir e reprimir o narcotráfico, o contrabando, os crimes contra bens, serviços e interesses da União, contra a ordem política e social e os de natureza ambiental”. Já o Promotec tem por finalidade “ampliar e aprimorar a presença da Polícia Federal nas áreas do território nacional, não abrangidas pelo Pró-Amazônia e promover a modernização do segmento técnico-operacional do Departamento de Polícia Federal”.<sup>122</sup> Temos também a presença de vários órgãos que já atuavam na região de forma individualizada, sem compartilhar do conhecimento obtido; é nesse contexto que entra em cena o Sistema de Vigilância da Amazônia.<sup>123</sup>

O Sistema de Vigilância da Amazônia é uma rede de coleta e processamento de informações que atua de forma a interligar todos os órgãos competentes, transmitindo os dados e as informações recolhidas na área da Amazônia Legal. O sistema permitirá um efetivo controle no seu espaço aéreo, no uso de seus recursos hídricos, da biodiversidade, da ocorrência de desmatamentos e queimadas, do assentamento e movimentação dos povos

---

<sup>121</sup> Projeto SIVAM. *Ibidem*

<sup>122</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/COLECAO/96MENS9.HTM](http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/96MENS9.HTM)>. Acesso: 18/10/2006.

<sup>123</sup> Jornal “O Globo”. *Ibidem*

indígenas e das fronteiras terrestres, além de dar suporte à repressão ao contrabando, ao narcotráfico e à garimpagem ilegal.<sup>124</sup>

O Sivam dividiu a Amazônia em três grandes áreas: Manaus, Belém e Porto Velho, correspondendo cada uma a um Centro Regional de Vigilância (**CRV**) localizados nessas capitais e coordenados pelo Centro de Coordenação Geral (**CCG**) situado em Brasília. Cabe ao CRV a “concentração, tratamento e difusão de dados e informações nas respectivas áreas de abrangência, proporcionando o conhecimento necessário para atuação dos participantes do Sistema de Proteção da Amazônia”. Ao CCG é delegado o planejamento de ações estratégicas e de caráter emergencial. É nele onde estarão centralizadas e disponíveis as informações obtidas a partir dos dados do sistema de vigilância e dos órgãos participantes.<sup>125</sup>

O sistema terá uma rede primária que ligará os CRVs e o CCG entre si, uma secundária, compreendendo estações de satélites, radares e sistemas de telecomunicações, e uma terciária, abrangendo estações menores em áreas remotas onde atuam os pelotões de fronteira e a Polícia Federal.<sup>126</sup>

Participam do projeto todos os Ministérios, os estados e municípios amazônicos, o Instituto Nacional de Meteorologia (**INMET**), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (**IBGE**), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (**IBAMA**), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (**INPE**), Departamento de Polícia Federal (**DPF**), Fundação Coordenação Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (**COPPETEC**), Fundação Nacional do Índio (**FUNAI**) e as Unidades das Forças Armadas, incluindo os Pelotões Especiais de Fronteira (**PEF**).<sup>127</sup>

O Sivam começou a operar efetivamente no dia 25 de julho de 1997. Em sete anos, até essa sua efetivação, foram necessários os esforços de vinte e um

---

<sup>124</sup> Jornal “O Globo”. *Ibidem*

<sup>125</sup> Projeto SIPAM. *Ibidem*

<sup>126</sup> Projeto SIVAM. *Ibidem*

<sup>127</sup> Projeto SIVAM. *Ibidem*

mil e seiscentos homens/hora, e um custo de um bilhão trezentos e noventa e cinco milhões de dólares, financiados pela empresa norte-americana *Raytheon* e pelas Sul Americanas Atech e Embraer.<sup>128</sup>

Após a implantação da infra-estrutura tecnológica do Sivam e estabelecida a base de conhecimento da região foi criado o Sistema de Proteção da Amazônia (**SIPAM**). Considerado como principal instrumento de proteção da Amazônia, o Sipam, é quem vai controlar as informações para o planejamento e a coordenação das ações globais de governo naquela região, para possibilitar o seu desenvolvimento sustentável.<sup>129</sup> O projeto inaugura uma nova forma de relacionamento para a Administração Pública do País, pois possibilita que as organizações trabalhem com um conjunto compartilhado de informações, agindo de forma interligada.

Dentre as principais instituições governamentais que, teoricamente, podem ser beneficiadas com o **Sipam-Sivam**, encontram-se: Agência Nacional de Águas (**ANA**); Agência Nacional de Telecomunicações (**Anatel**); Agência Nacional de Energia Elétrica (**Aneel**); Comissão de Pesquisas e Recursos Minerais (**CPRM**); Comando da Aeronáutica (**CAer**); Departamento Nacional de Produção Mineral (**DNPM**); Departamento de Polícia Federal (**DPF**); Exército Brasileiro (**EB**); Fundação Nacional do Índio (**Funai**); Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (**Ibama**); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**); Instituto Nacional de Meteorologia (**Inmet**); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (**Inpe**) e a Marinha do Brasil (**MB**).<sup>130</sup>

Baseado nessa missão, o Sipam necessita de coordenação em nível político estratégico; nasce, assim, o Conselho Deliberativo do Sipam (**CONSIPAM**), que, por sua vez, segue as políticas estabelecidas pelo Conselho Nacional para o Desenvolvimento da Amazônia legal (**CONAMAZ**). O órgão

---

<sup>128</sup> Projeto SIVAM. *Ibidem*

<sup>129</sup> Jornal "O Globo". *Ibidem*

<sup>130</sup> LOURENÇÃO, Humberto José. A Defesa da Amazônia: O Sistema de Vigilância Da Amazônia. Dissertação de Mestrado – UNICAMP. Campinas, 2003.

executivo do Sipam é o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (**CENSIPAM**), subordinado à Casa Civil da presidência da República, com a finalidade de “proceder à implantação, ativação e operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia”.<sup>131</sup>

De acordo com os dados fornecidos pela Comissão para a Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (**CCSIVAM**), quanto à infraestrutura do Sistema de Vigilância da Amazônia, é importante destacar o aparelhamento militar: dezesseis aviões-radares de vigilância, sendo oito EMB-145 e oito R 99-A, dez estações de interceptação e localização de sinais eletromagnéticos, três esquadrões de aviões ALX de ataque leve, totalizando noventa e nove aeronaves. Conhecido como supertucano, o ALX constitui o “braço forte” do Sivam.<sup>132</sup>

Embora esses dois projetos sejam fruto de um grande empreendimento científico, de um sistema de monitoramento ecológico, sua origem e sua aplicação principal são militares. Toda essa estrutura está subordinada à doutrina de segurança nacional e a diretrizes geopolíticas.

Após essas explanações, conclui-se que, primeiramente, é de suma importância o aumento dos investimentos nas regiões de fronteira, pois elas são a porta de entrada para a Amazônia. Esses investimentos viabilizariam o desenvolvimento de parques industriais sustentáveis e condições mais dignas para a população local, diminuindo, assim, a intromissão de ONGs e multinacionais com falsas promessas de ajuda humanitária e de desenvolvimento.

Em segundo lugar, é de se esperar que a região mais rica em diversidade biológica do mundo, totalizando 4 trilhões de dólares em suas riquezas, registre casos de biopirataria, contrabando invasões territoriais, etc.

---

<sup>131</sup> LOURENÇÃO, Humberto José. *Ibidem*

<sup>132</sup> LOURENÇÃO, Humberto José. *Ibidem*

Porém, esses casos tiveram um aumento significativo após o atual governo ter praticamente retirado as questões de segurança e defesa da agenda de governo. Essa displicência vem causando um aumento significativo nas tentativas de ingerência, seja por meios militares, econômicos ou políticos.

Em terceiro lugar, essa falta de investimento vem dificultando as ações das Forças Armadas e dos projetos de vigilância como o Sivam-Sipam, que por sua vez, estão tendo que atuar com a metade de seu potencial. Por mais que o Teatro de Operações da Amazônia inviabilize um conflito armado direto, a soberania nacional está se tornando cada vez mais relativa.

Veremos no terceiro capítulo que, por maior que seja o número de projetos e de forças atuantes na região, a real situação é bem mais adversa do que se pode imaginar. Nas próximas décadas, algumas questões irão ditar o rumo da história. Somos privilegiados por possuir, em uma mesma região, todos os aspectos mencionados, apesar de, aparentemente, darmos menor importância a essa megadiversidade.

## **Capítulo 3 – A Real Situação e uma Proposta de Projeto de Desenvolvimento**

Como vimos anteriormente, o contingente militar e os projetos de governo não são suficientes para patrulhar 4,5 milhões de km<sup>2</sup> na Amazônia Azul, nem 7 milhões de quilômetros de fronteira da Amazônia Legal. Contudo, se essa soma de Governo mais Forças Armadas realmente atuasse de forma ostensiva na região, a realidade seria outra, e o conceito de soberania, íntegro.

Entretanto, o que se nos aplica é uma peculiaridade desse conceito, no sentido de que somos soberanos mesmo não tendo a plenitude do sentimento de segurança. No decorrer deste capítulo, constataremos há motivos de sobra para que esse sentimento diminua cada vez mais.

Serão expostas, então, questões de suma importância para o Século XXI, a real situação em que se encontram as Forças Armadas, os mecanismos de defesa e os projetos que deveriam estar zelando pelos recursos naturais e minerais da Amazônia e pela soberania brasileira, a situação das fronteiras e as diversas formas de ingerência.

Ao final, apresenta-se uma proposta de conduta político-estratégica de cunho pessoal, na busca de redirecionar essas questões para a agenda do Governo, antes que tenhamos que dividi-las com outros países.

### **3.1 A Real Situação e os Riscos à Soberania**

Atualmente, a Amazônia Legal vem perdendo cada vez mais espaço. Nas próximas décadas, entre as questões que serão decisivas no processo de redistribuição do poder e riqueza em âmbito mundial, encontram-se os estudos científicos voltados para a biotecnologia, a ciência do Século XXI, cujo recurso natural mais importante a sustentá-la é o estoque que a natureza nos oferece.

No entanto, temos apenas quinhentos cientistas trabalhando na região, que comporta, como já referido, aproximadamente 33.000 espécies de plantas. Lidamos, ainda, com a falta de recursos governamentais e de políticas estratégicas, destacando a inexistência de uma estratégia de diminuição da amplitude a ser estudada em cada período.

A segunda questão a ser abordada é um problema que já começou a afetar uma parte da população mundial e que irá substituir o petróleo em nível de importância: o controle das fontes de água doce, recurso escasso e insubstituível. A realidade já é tão avassaladora que já se fala na formação da Organização de Países Exportadores de Água. O sistema fluvial Amazonas-Solimões-Ucayalli representa o mais extenso rio do mundo, com 6671km, fator que dificulta a atuação da Marinha. Sua bacia hidrográfica é composta por 1000 rios, que chegam a desaguar 200.000 metros cúbicos por segundo, capaz de abastecer, aproximadamente, seis vezes a população do Planeta.<sup>133</sup>

A terceira questão que será decisiva neste século é a alteração da matriz energética. A plataforma continental brasileira ainda dispõe de uma quantidade significativa de petróleo em águas profundas, onde a Petrobrás é campeã em tecnologia de perfuração. Temos petróleo em 2/3 das bacias sedimentares situadas na Amazônia Legal, uma área de aproximadamente 1,5 milhão de km<sup>2</sup>. Contamos ainda com o potencial hidrelétrico que representa 60% do total do País. Temos 96% da reserva mundial de nióbio, metal que, futuramente, será mais explorado como combustível de usinas nucleares, por ser uma fonte de energia limpa, não radioativa.

De fato, um dos fatores que iria nos permitir o uso sustentável de nossos recursos seria a manutenção das fronteiras amazônicas. Infelizmente elas se encontram extremamente fragilizadas pelos altos índices de ilícitos transnacionais, grandes espaços vazios e não habitados, elevados índices de pobreza, atividades garimpeiras, de exploração madeireira ou de recursos minerais.

---

<sup>133</sup> Escola Superior de Guerra. Análise de Temas de Interesse das Forças Armadas (ATIFA) 2005.



Essas lacunas de atuação do Estado podem facilitar a ingerência de outros países, de organismos internacionais, ou de Organizações Não Governamentais (ONGs), que se transformam em parceiros no debate governamental, opinando e dando pareceres em assuntos internos do País. Da mesma forma, a interferência resultante da atuação de algumas missões religiosas junto às comunidades aborígenes (vítimas do abandono secular que abriu espaço para essas intervenções), e que têm influenciado no processo decisório de definição das terras indígenas, terras que, segundo a fonte em referência, se encontram, coincidentemente, em terras ricas em recursos minerais estratégicos.<sup>134</sup>

Caso marcante de ingerência é a demarcação da área lanomani, imposta pelo então presidente Fernando Collor de Mello após negociação com o FMI, criando a “Nação” lanomani, uma área de 94 mil km<sup>2</sup> <sup>135</sup>. Situada na fronteira, é fonte de jazidas de ouro, diamante, estanho, zinco, cobre, chumbo, fosfato, *rafiium*, *itirium*<sup>136</sup> e a maior fonte de cassiterita do mundo, montante suficiente para pagar sete vezes a dívida externa.<sup>137</sup> Desse modo, a questão indígena, aliada à questão ambiental e à problemática da faixa de fronteira, constitui a base de quase toda a campanha internacional que, em suma, procura manter a Amazônia em evidência no cenário mundial, com visando a pressionar o Brasil de todas as formas possíveis.

Nesse contexto, um dos maiores objetivos pode ser a busca pela **balcanização**<sup>138</sup>, em que teríamos nações implementadas dentro da Federação Brasileira, as quais não responderiam mais à nossa soberania, transformando as reservas indígenas em “áreas intocáveis”, vetando a entrada de autoridades do governo, facilitando a ingerência de outros países e o caminho para a possível internacionalização da Amazônia.

---

<sup>134</sup> ATIFA 2005. *Ibidem*

<sup>135</sup> Área referente ao tamanho do Estado de Santa Catarina.

<sup>136</sup> Minerais de altíssimo valor estratégico.

<sup>137</sup> JÚNIOR, Manuel Cambeses. Os Militares e a Defesa da Amazônia. Disponível em: <http://www.esq.br/publicacoes/artigos/a003.html>. Acesso em: 30/10/2006.

<sup>138</sup> Modelo estabelecido por uma potência diretora numa determinada zona, para que pudesse influenciar decisivamente, de acordo com o aforismo “dividir para reinar”.

Sobre o tema, ilustrativo o fato de ter sido debatido, em recente conferência internacional realizada em Genebra sob os auspícios da ONU, um Projeto de Declaração Universal dos Direitos Indígenas, no qual se pretendeu inserir o princípio do direito à autodeterminação dos territórios indígenas. Caso concedido esse direito, estaria o Brasil às voltas com um problema de grandes proporções.

Isso porque as trinta e cinco maiores reservas indígenas demarcadas no Brasil somam 410 mil km<sup>2</sup>, uma extensão total maior que o estado de São Paulo.<sup>139</sup> O direito à autodeterminação dos territórios indígenas faria com que o Brasil perdesse soberania sobre essa grande extensão de seu território, abrindo caminho à referida *balcanização*.

Configura, também, efetiva ameaça o crescimento do narcotráfico<sup>140</sup> e suas associações com guerrilheiros, conferindo maior poder político aos narcotraficantes e maior poder econômico aos guerrilheiros. Além da Colômbia, maior produtor mundial de drogas, o Peru e a Bolívia completam a relação dos países que contribuem para o narcotráfico.

Como forma de destacar a magnitude dessas ameaças à soberania do Brasil, cabe lembrar que, há cerca de quarenta anos, os dois principais movimentos guerrilheiros existentes na Colômbia, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (**FARC**) e o Exército de Libertação Nacional (**ELN**), controlam, hoje, cerca de 45% do território Colombiano.<sup>141</sup> Como se sabe, essa expansão já foi responsável por alguns incidentes na região amazônica. Se esses focos não forem sanados, correremos o risco de sofrer pressões norte-americanas para que se estenda o Plano Colômbia para zonas de atuação na Amazônia Legal.

---

<sup>139</sup> Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/piocor.htm>>. Acesso em: 30/10/2006.

<sup>140</sup> O narcotráfico constitui hoje o “negócio” mais lucrativo do mundo, chegando a superar os rendimentos provenientes do mercado internacional de petróleo, com lucros na faixa de 500 bilhões de dólares por ano.

<sup>141</sup> Hoje, as FARC e o ELN contam também com o Grupo de Auto-Defesas Unidas da Colômbia (AUC), que antes era patrocinado pelo governo para combater a guerrilha, mas já se associou ao tráfico.

Na busca de gerenciar essas crises internacionais de natureza político-estratégica, o Governo é quem determina a articulação dos setores envolvidos, haja vista que, em sua maioria, é a expressão militar que toma corpo. Para que isso ocorra é necessário um potencial de recursos mobilizáveis. No atual governo, a capacitação do País no campo da defesa, envolvendo a produção científica e tecnológica que leva ao desenvolvimento da indústria de defesa, foi praticamente colocada de lado.

Segundo Cavagnari<sup>142</sup> estima-se que seria necessário gastar cerca de 10 bilhões de dólares para modernizar as Forças Armadas. Essa modernização seria responsável não só por atender às necessidades das Forças Armadas por um período de dez anos, mas responsável por projetar internacionalmente o País pelo aumento da importância atribuída à Defesa Nacional, resultando em uma Marinha Oceânica, em uma Força Aérea com capacidade de pronta resposta e em um Exército com capacidade expedicionária.

Crítica, também, é a situação dos projetos de governo. O Calha Norte<sup>143</sup> precisa de 1,2 bilhões de dólares para iniciar e concluir as edificações civis e finalizar as militares, para que assim possa começar a acompanhar toda movimentação destinada pelo Sistema de Vigilância da Amazônia, que também não fica para trás, e já necessita de 1,4 bilhões de dólares para pagar suas dívidas.<sup>144</sup>

Do ponto de vista tecnológico, o maior inimigo da implementação de sistemas de rádio-vigilância e monitoramento de campos eletromagnéticos tem sido a ingerência tecnológica de grandes potências interessadas em inviabilizar o uso dos nossos sistemas, facilitando a **interferência à distância**, de acordo com o

---

<sup>142</sup> FILHO, Geraldo Lesbat Cavagnari. *Ibidem*

<sup>143</sup> Programa de ação governamental que visa, intensificar a presença do Estado, o desenvolvimento e a segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

<sup>144</sup> FILHO, Geraldo Lesbat Cavagnari. *Ibidem*

cientista Edison Bittencourt, Professor do Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA).<sup>145</sup>

Para o especialista, Ronaldo Schlichting, as três explosões na Base de Alcântara, na tentativa de lançar satélites em órbita, poderiam ser consideradas como sabotagem.<sup>146</sup> Essas ações, segundo o referido autor, visam a impedir que o Brasil entre no seleto grupo dos países que possuem capacidade de colocar satélites em órbita, o que leva a crer que essas potências não querem que saibamos o que eles sabem sobre nossa Amazônia.<sup>147</sup>

Conclui-se, dessa forma, que a atenção dada à região que nas próximas décadas será fator responsável por levar o País ao status de potência mundial está sendo deixada de lado. A preocupação inicial é com a situação das fronteiras, sejam elas na Amazônia Azul ou na Amazônia Legal. De fato, a atenção maior deve se voltar à Amazônia Legal, pois a Azul é só será efetivada quando as Forças Armadas disponibilizarem uma Marinha Oceânica e a atuação por completo do Sivam-Sipam.

Essa fragilização da situação das fronteiras vem abrindo espaço para o aumento das atividades ilícitas e a ingerência de organismos internacionais. A situação das populações locais, principalmente dos indígenas, que habitam as áreas de maior potencial estratégico da Amazônia, também vem abrindo espaço para que esses organismos internacionalizem os problemas da Amazônia, abrindo as portas à balcanização e à criação das nações indígenas.

---

<sup>145</sup> Disponível em: <<http://www.relatorioalfa.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=238>>. Acesso em: 07/11/2006.

<sup>146</sup> Disponível em: <<http://www.relatorioalfa.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=235>>. Acesso em: 08/11/2006.

<sup>147</sup> Disponível em: <<http://www.horadopovo.com.br/2003/setembro/16-09-03/pag4b.htm>>. Acesso em: 08/11/2006.

A situação do narcotráfico colombiano está crescendo cada vez mais. A Polícia Federal e os Pelotões Especiais de Fronteiras já se chocaram algumas vezes com grupos guerrilheiros nas regiões menos habitadas. Se a situação continuar a crescer, a possibilidade de o Brasil vir a sofrer cada vez mais pressão do Plano Colômbia será inevitável. A realidade dos programas de Governo, bem como das Forças Armadas, torna cada vez mais prováveis essas intervenções, e a Soberania torna-se, cada vez mais, uma realidade equivocada.

Por fim, apresenta-se a proposta de uma estratégia de defesa para a Amazônia, a qual se refere aos campos do Poder Nacional nas áreas política, econômica, psicossocial, tecnológica e militar.

### 3.2 Proposta Político-Estratégica para a Amazônia

Do ponto de vista **Político**:

Problema	Ação Proposta	Resultado Esperado
Membro rotativo do Conselho de Segurança da ONU	Ocupação de um assento permanente	Assumir os encargos inerentes à condição de membro permanente para contribuir com a paz e o desenvolvimento.
Parcerias Estrangeiras pouco significativas na área Política	Efetivar parcerias com certos países, tais como a China, a Índia e os Emirados Árabes	Parcerias políticas a fim de evitar conflitos futuros.
Pouca garantia dos direitos sobre os conhecimentos associados à biodiversidade	Criação de patentes	Uso sustentável da diversidade biológica.
Vazio demográfico na região Norte	Políticas para a promoção do desenvolvimento	Assegura nossas riquezas, promove o desenvolvimento local, diminui o êxodo e eleva a auto-estima da população
Distanciamento das Nações Indígenas	Integração social	Diminui a ingerência de organismos de Direitos Humanos e missões religiosas, possibilita a re-inserção das tribos na Nação Brasileira e maior participação dos indígenas no serviço militar

De um enfoque **Econômico**:

Problema	Ação Proposta	Resultado Esperado
Pouco investimento na indústria de Defesa	Garantir o desenvolvimento dos parques industriais	Recursos suficientes que possam atender a demanda das Forças Armadas e de outros órgãos de Defesa sem gerar endividamento e inflação em caso de guerra.
Baixo desenvolvimento social e econômico nas faixas de fronteira	Criação de pólos industriais e agropecuários ecologicamente sustentáveis	Desenvolvimento local e sustentável.
Baixos índices de estudos científicos	Incentivar as pesquisas, em especial da Biotecnologia	Maior conhecimento, aproveitamento da biodiversidade Amazônica e combate à biopirataria.
Pouca difusão de informação e conhecimento na população residente na Amazônia	Empreender o uso da Tecnologia da Informação	Mantém a população residente nas áreas mais distantes dos grandes centros informada, proporciona ensino à distância, contribui para a formação de capacidades em diversas áreas do conhecimento.

Sob o prisma **Psicossocial**:

Problema	Ação Proposta	Resultado Esperado
Falta de valorização profissional dos militares	Criação de mecanismos de valorização profissional	Maior procura pelas Forças Armadas e maior interesse em seguir carreira após o serviço militar obrigatório.
Falta de conscientização cívico-educacional	Investir na educação	Fortalecimento da Nação sob a ótica da educação. Perspectiva maior de emprego, maior acesso a

<b>A despreocupação com as diferenças regionais</b>	Reconhecer as diferenças intra-regionais	saúde, ocasionando um estado de segurança pública mais plena. Compreensão melhor de cada região e ajustes das diretrizes gerais às potencialidades e limitações que elas oferecem.
<b>Baixa atividade nos veículos de comunicação</b>	Esclarecer sobre o que vem sendo feito em todos os aspectos na região, sob a forma de propagandas, campanhas ou novelas.	Conscientização da população nacional e internacional. Despertar o sentimento de patriotismo e formar opinião.

Sob a referência **Tecnológica**:

<b>Problema</b>	<b>Ação Proposta</b>	<b>Resultado Esperado</b>
<b>Falta de investimentos no estudo sustentável dos ecossistemas Amazônicos</b>	Investir em tecnologia	Desenvolvimento da bioindústria na região. Avanços nas áreas da biomedicina e dos biocombustíveis.
<b>Sucateamento das frotas de combate das Forças Armadas</b>	Modernização	Ação de pronta-resposta das Forças Armadas.
<b>Falta de incentivos à cooperação internacional na área tecnológica</b>	Cooperação Internacional na área tecnológica visando a estabelecer programas institucionais com países que se disponham a transferir tecnologia	Ampliação das oportunidades de intercâmbio de tecnologia e geração de confiança na área de Defesa.
<b>Dependência Externa desnecessária</b>	Desenvolver tecnologias cem por cento nacional	Permite o crescimento dos setores envolvidos, diminuição dos custos de importação de <i>know how</i> e menor dependência estrangeira.

No âmbito **Militar**:

<b>Problema</b>	<b>Ação Proposta</b>	<b>Resultado Esperado</b>
<b>Diminuição das Atividades das Forças Armadas nos países da Amazônia.</b>	Integração militar, unificação das ações, integração político-estratégica e possíveis intercâmbios de pelotão	Maior nível de aprestamento das Forças Armadas, consecução de programas e projetos valor estratégico.
<b>Redução da capacidade de combate</b>		
<b>Redução das atividades do Sivam-Sipam</b>	Financiar as atividades do projeto em sua maioria	Atuação por completo do sistema.
<b>Aumento dos crimes internacionais e o transbordamento dos movimentos guerrilheiros</b>	Aumento do controle e fiscalização das regiões de fronteira; intensificar as patrulhas fluviais	Contensão para o avanço de grupos guerrilheiros na região e ação direta nas rotas do narcotráfico.
<b>Ingerência territorial por meio do Atlântico Sul</b>	Desenvolvimento de uma frota de patrulha fluvial oceânica	Controle das vias navegáveis e fiscalização da parte sul do Oceano. Atlântico.
<b>Baixa contingência das Forças Terrestres</b>	Criação de brigadas de infantaria motorizada na selva, pelotões táticos de guerrilha, atiradores de elite das forças especiais	Aperfeiçoamento da Estratégia de Resistência, maior adestramento das Forças.



## CONCLUSÃO

Conclui-se, ao final desta monografia, que a manutenção da ordem e a defesa da Nação, com o intuito de assegurar os objetivos nacionais, são de máxima importância para o desenvolvimento do País. Em casos excepcionais, pode ser necessário, até mesmo, viabilizar o uso das Forças Armadas para conter qualquer ameaça à manutenção da paz, seja ela interna ou externa. A preocupação inicial é com a conscientização dos cidadãos para que, além de exigirem seus direitos, cumpram suas obrigações e busquem ter uma representatividade política maior, a fim de demonstrar que o povo brasileiro se preocupa com as questões de segurança e meio ambiente.

Ao enfatizarmos o meio ambiente, vimos que possuímos a maior reserva mundial em biodiversidade, totalizando mais da metade do território brasileiro, praticamente abandonada. Se por ventura é difícil para o Governo investir nos projetos que viabilizam a proteção dessas áreas, cabe à Nação enfatizar a preocupação com a situação atual e exigir o desenvolvimento local e sustentável das regiões de fronteira, bem como condições mais dignas para a população local e para as populações indígenas, que estão situadas nas regiões mais ricas da Amazônia e a um passo de se tornarem Nações Indígenas.

Como se não bastasse a situação precária dos habitantes que ainda asseguram o desenvolvimento dessas áreas mais isoladas, contamos com a problemática da diversidade biológica e todo o interesse que ela vem despertando nos países desenvolvidos. Estamos diante, também, do aumento das atividades ilícitas que não estão mais sendo totalmente monitoradas, em face dos baixos investimentos no Sivam-Sipam e do pequeno contingente de homens, aproximadamente 25 mil soldados para sete milhões de km de fronteira no Projeto Calha Norte.

Toda essa situação está mantendo a Amazônia Brasileira cada vez mais em destaque na mídia internacional. Isto está abrindo espaço para que algumas

Organizações Internacionais que se intitulam protetoras do meio ambiente venham pregar falsas promessas de desenvolvimento, apenas buscando viabilizar maneiras legais de ter acesso à região.

Disso tudo me resta concluir que o Brasil só vai realmente voltar seus olhos para a Amazônia quando sofrer uma intervenção militar de grande porte, quando a situação da Colômbia piorar e começar a colocar em risco a população do Norte do País ou, até, quando o Brasil estiver realmente precisando de algum recurso que seja exclusivo da Amazônia, já que temos outras várias fontes de recursos naturais e minerais. A mentalidade de cuidar hoje para que outros possam colher amanhã parece não fazer parte da política do País.

No meu entendimento, são os militares que demonstram projetos mais complexos e efetivos em relação às populações ribeirinhas, ao meio ambiente e às riquezas naturais da região. Todavia, não se pode ignorar o trabalho sério realizado por meio de projetos governamentais e a existência de projetos alternativos de muitas instituições, de ONGs, que, em muitos casos, sem subsídios, desenvolvem belíssimos trabalhos na região junto às populações locais e indígenas.

Como já mencionado na introdução desta monografia, este trabalho teve por objetivo despertar os leitores para uma situação atual e pouco conhecida por muitos brasileiros. Ainda há muito o que ser estudado sobre o tema, contudo, fica aqui o meu convite à reflexão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Amazônia Azul. Disponível em:

<<http://www.defesanet.com.br/marinha/amazoniaazul>>. Acesso em: 7/10/2006.

ADA. Agencia de Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em:

<<http://www.ada.gov.br/amazonia/legislacao.asp>>. Acesso em 17/07/2006.

ARAGÓN, LUÍS EDUARDO. Há Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável Na Amazônia? Belém, 2002 . Disponível em:

<[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/futAmazonia\\_02.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/futAmazonia_02.pdf)>. Acesso em: 06/10/2006.

BAALDAKI, SÉRGIO . O Estado, o povo e a Soberania. Disponível em:

<<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=746>>. Acesso em: 11/09/2006.

BARATA, LAURO. Produtos da Biodiversidade Amazônica. Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz22.htm>>. Acesso em: 05/10/2006.

BERCOVICI, GILBERTO. Constituição e Política: Uma Relação Difícil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n61/a02n61.pdf#search=%22%20Jellinek%22>>.

Acesso em 13/09/2006.

BIOMASSA. Na Amazônia Legal Brasileira. Disponível em

<<http://infoener.iee.usp.br/cenbio/brasil/amlegal/amlegal.htm>>. Acesso em 16/06/2006.

BOBBIO, NORBERTO. Dicionário de Política. Vol. 2. Brasília: Ed. UNB

BODIN, JEAN. *Les six livres de la Republique*. Paris: Fayard, 1986.

CHAGAS, EDUARDO. Como Dissolver a Soberania Nacional. Disponível em:  
<<http://www.armaria.com.br/chagas.htm>>. Acesso em: 09/10/2006.

CEPIK, MARCO. Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas. *Security and Defense Studies Review*, Vol. 1

Convenção Sobre Diversidade Biológica. Disponível em:  
<<http://www.cdb.gov.br/CDB>>. Acesso em: 12/10/2006.

CORREA, PAULO HENRIQUE DA ROCHA. Amazônia: Pressões externas, ingenuidade interna. Revista do Clube Militar. Dez-91

Departamento de Ciência da Informação – UFScar. Disponível em:  
<<http://www.dci.ufscar.br/recortes/lsn.htm>>. Acesso em: 20/09/2006.

FILHO, GERALDO LESBAT CAVAGNARI. Introdução à Defesa da Amazônia. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/art4.htm>>. Acesso em: 09/10/2006.

FRAGOSO, HELENO CLÁUDIO. A Nova Lei de Segurança Nacional. Revista de Direito Penal de Criminologia, nº 35. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1983.

Guia de Estudos de Estratégia. Os Fundadores do Pensamento Estratégico. Cap. 2. Rio de Janeiro.

GOMES, CARLA AMADO. A Evolução do Conceito de Soberania. Disponível em:  
<<http://www.esaf.fazenda.gov.br/parcerias/ue/cedoc-ue/monografias1998/>>. Acesso em: 13/09/2006.

GOYARD FABRE, SIMONA. *Os Princípios Filosóficos do Direito Político Moderno*, São Paulo, Martins Fontes, 2001, p. 23

HOMMA, ALFREDO. Biopirataria na Amazônia. Ainda é tempo para salvar?

Disponível em:

<<http://www.atech.br/agenda21.as/download/amazonia2.pdf>>. Acesso em:

19/10/2006.

Jornal “O Globo” Março de 2002.

JÚNIOR, MANUEL CAMBESES. Os Militares e a Defesa da Amazônia. Disponível

em: <<http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a003.html>>. Acesso em: 30/10/2006.

Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966. Disponível em:

<<http://www.lei.adv.br/5173-66.htm>>. Acesso em: 18/07/2006.

Lei de Segurança Nacional. Disponível em:

<[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos30-37/ev\\_radpol\\_lsn.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_radpol_lsn.htm)>. Acesso

em: 20/09/2006.

LOURENÇÃO, HUMBERTO JOSÉ. A Defesa da Amazônia: O Sistema de Vigilância Da Amazônia. Dissertação de Mestrado – UNICAMP. Campinas, 2003.

Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Vol. II. Assuntos Específicos – Rio de Janeiro 2006.

Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Vol. I Elementos Doutrinários - Rio de Janeiro: 2006

MARTINI, ROBERTO PAULO. PanAmazônia: O Domínio da Floresta Amazônica na América do Sul. Disponível em:

<[http://www.dsr.inpe.br/vcsr/html/APOSTILA\\_PDF/CAP3A\\_PRMartini.pdf](http://www.dsr.inpe.br/vcsr/html/APOSTILA_PDF/CAP3A_PRMartini.pdf)>.

Acesso em 05/10/2006.

MATHIAS, MEIRE. Inserção Internacional: Três temas na agenda brasileira.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000200004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 13/09/2006.

Ministério da Defesa.

<<https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=home>>. Acesso em: 16/09/2006.

OLIVEIRA, Luís Andrade De. Soberania. Disponível em:

<<http://www.loveira.adv.br/material/tge7.htm>>. Acesso em: 15/06/2006.

PESCE, EDUARDO ÍTALO. A nova política de Defesa Nacional. Disponível em:

<<http://www.segurancaedefesa.com/artigos.html>>. Acesso em 23/09/2006.

PRIORI, ÂNGELO. A Doutrina de Segurança Nacional e o Manto dos Atos Institucionais durante a Ditadura Militar Brasileira. Revista Espaço Eletrônico n° 35

Disponível em: <<http://espacoacademico.com.br/035/35priori.htm>>. Acesso em: 18/09/2006.

SARAI, LEANDRO. A doutrina da desconsideração da personalidade jurídica e alguns de seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. Disponível em:

<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6440>>. Acesso em 13/09/2006.

TOA. Disponível em: <<http://www.geocities.com/toamazon>>. Acesso em:

13/10/2006

Disponível em: <<http://ecositebr.bio.br/biodiversidade.htm>>. Acesso em:

04/10/2006.

Disponível em:

<<http://www.oas.org/dsd/publications/Unit/oea08b/ch13.htm>>. Acesso em: 04/10/2006.

Disponível em: <<http://foralula.lpchat.com/content/view/68/55/>>. Acesso em: 05/10/2006.

Disponível em: <<http://www.biopirataria.org/>>. Acesso em: 05/10/2006.

Disponível em:

<[http://www.amazonlink.org/biopirataria/biopirataria\\_faq.htm](http://www.amazonlink.org/biopirataria/biopirataria_faq.htm)>. Acesso em: 05/10/2006.

Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/lazer/staruck/biopirataria.htm>>. Acesso em: 05/10/2006.

Disponível em:

<<http://www.oas.org/dsd/publications/unit/oea08b/ch14.htm#TopOfPage>>. Acesso em: 06/10/2006.

Disponível em:

<<http://www.oas.org/dsd/publications/unit/oea08b/ch15.htm#TopOfPage>>. Acesso em: 06/10/2006.

Disponível em: <<http://200.155.6.3/site/assets/cadernomeioambiente.pdf>>. Acesso em: 06/10/2006.

Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/reportagens/petroleo/pet06.shtml>>. Acesso em: 07/10/2006.

Disponível em:

<[http://www2.petrobras.com.br/publicacao/imagens/1527\\_form\\_20f\\_petrobras\\_2002.pdf](http://www2.petrobras.com.br/publicacao/imagens/1527_form_20f_petrobras_2002.pdf)>. Acesso em: 07/10/2006.

Disponível em: <<http://ecen.com/eee17/petrgases.htm>>. Acesso em: 07/10/2006.

Disponível em:

<[https://www.mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/nossa\\_ultima\\_frenteira.htm](https://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/nossa_ultima_frenteira.htm)>

Acesso em: 07/10/2006.

Disponível em:

<[https://www.mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/vertente\\_econ.htm](https://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/vertente_econ.htm)>. Acesso em: 07/10/2006.

Disponível em:

<[http://www.biopirataria.org/definicao\\_convencao\\_biodiversidade.php](http://www.biopirataria.org/definicao_convencao_biodiversidade.php)>. Acesso em: 12/10/2006.

Disponível em:

<[http://www.radiobras.gov.br/materia\\_i\\_2004.php?materia=253250&editoria](http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=253250&editoria)>.

Acesso em: 12/10/2006.

Disponível em: <<http://resistir.info/brasil/amazonia.html>>. Acesso: 13/10/2006.

Disponível em:

<[http://www.defesa.gov.br/programa\\_calha\\_norte/index.php?page.html](http://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php?page.html)>. Acesso

em: 16/10/2006.

Disponível em: <<http://www.sivam.gov.br/PROJETO/intro1.htm>>. Acesso em:

17/10/2006.



Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/COLECAO/96MENS9.HTM](http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/96MENS9.HTM)>.  
Acesso: 18/10/2006.

Disponível em:<<http://www.biopirataria.org/historia.php>>.Acesso em: 18/10/2006.

Disponível em:<[http://www.biopirataria.org/more.php?id=148\\_0\\_7\\_0\\_M](http://www.biopirataria.org/more.php?id=148_0_7_0_M)>.Acesso em: 18/10/2006.

Disponível em:<[http://www.une.org.br/home3/gerais/m\\_5565.html](http://www.une.org.br/home3/gerais/m_5565.html)>.Acesso em: 19/10/2006.

Disponível em:<<http://www.ternuma.com.br/piocor.htm>>.Acesso em: 30/10/2006.

Disponível em:<<http://www.relatorioalfa.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=238>>.Acesso em: 07/11/2006.

Disponível em:<<http://www.relatorioalfa.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=235>>.Acesso em: 08/11/2006.

Disponível em:<<http://www.horadopovo.com.br/2003/setembro/16-09-03/pag4b.htm>>.Acesso em: 08/11/2006.